

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

POLUIÇÃO VISUAL EM RIO CLARO (SP)

Domingos Rafael Dávolos

Orientador: **Prof.Dr. Helmut Troppmair**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
- Área de Concentração em Organização do Espaço,
para obtenção do Título de Mestre em Geografia

Rio Claro (SP)

2004

574.5
D266p

Dávolos, Domingos Rafael.

Poluição visual em Rio Claro (SP) / Domingos Rafael
Dávolos. -- Rio Claro : [s.n.], 2004
105 f. : il., fots.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Helmut Troppmair

1. Ecologia. 2. Paisagem. 3. Visão. 4. Percepção.
5. Organização e publicidade. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Agradeço a valiosa e dedicada orientação do Prof. Helmut, que me emprestando um pouco de sua sabedoria, transmitiu-me segurança através de sua confiança, características inconfundíveis, que fazem dele, o verdadeiro mestre que é.

Dedico àqueles que
encontrei ao longo do caminho
assim que me pus a caminhar.

**...viver a natureza é
ser parte integrante de
toda a sua harmonia de
equilíbrio...**

Autor, 2000.

...parece que um dos aspectos mais interessantes de nosso atual estilo de vida é o de não sentir e quando sentir, não dar curso ao processo. Seja por falta de tempo, seja por medo, seja pela excessiva concentração de estímulos ou por qualquer outro motivo, olha-se mas não se vê, não se sente, seja uma paisagem, um sofrimento, uma alegria, a maioria da população comporta-se qual autômatos. Nesse sentido, a idéia de se utilizar a expressão visual da poluição para compreender o fenômeno da poluição em si, assume um papel terapêutico importante para o tratamento do meio ambiente...

Serran, 1977.

SUMÁRIO

Índice	i
Índice de Fotografias.....	iii
Resumo	vii
Abstract	viii
I - Introdução	01
II - Revisão Bibliográfica.....	19
III - Os Objetivos.....	24
IV - A Justificativa do Tema.....	29
V - A Caracterização da Área de Estudo.....	31

VI - Material e Técnicas de Pesquisa.....	34
VII - Análise e Interpretação do Problema.....	44
VIII - Recomendações e Sugestões.....	93
IX - Considerações Finais.....	100
X - Referências Bibliográficas.....	104

ÍNDICE

I.	Introdução.....	1
1.1.	Poluição.....	1
1.2.	Visão.....	9
1.3.	Poluição Visual.....	14
II.	Revisão Bibliográfica.....	19
III.	Os Objetivos.....	24
3.1.	O Objetivo Geral.....	25
3.2.	Os Objetivos Específicos.....	27
IV.	A Justificativa do Tema.....	29
V.	A Caracterização da Área de Estudo.....	31
5.1.	Um Breve Relato Histórico.....	31
5.2.	Dados Físico-Geográficos e Humanos	32
VI.	Material e Técnicas de Pesquisa.....	34

VII - Análise e Interpretação do Problema.....	44
VIII - Recomendações e Sugestões.....	93
IX - Considerações Finais.....	100
X - Referências Bibliográficas.....	104

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Foto 01 – (esquina da rua 01 com a avenida 10).....	46
Foto 02 - (rua 08, entre as avenidas 16 e 18, Santana).....	48
Foto 03 – (próximo à avenida Visconde do Rio Claro).....	49
Foto 04 – (rua 02, entre as avenidas 01 e 02).....	50
Foto 05 – (rua 01, zona central).....	52
Foto 06 – (avenida 01, entre as ruas 02 e 03, Centro).....	53
Foto 07 – (avenida 01, entre as ruas 04 e 05, Centro).....	54
Foto 08 – (esquina da avenida 01 com a rua 06, Centro).....	56
Foto 09 – (esquina da avenida 03 com a rua 05, Centro).....	57

Foto 10 – (esquina da rua 08 com a avenida 10, Santana).....	59
Foto 11 – (rua 14, próximo ao balão com avenida Visconde do Rio Claro).....	61
Foto 12 – (esquina da avenida 32 com a rua 24, Vila Aparecida).....	62
Foto 13 – (avenida 01, entre as ruas 02 e 03, Centro).....	65
Foto 14 – (avenida 01, entre as ruas 01 e 02, Centro).....	66
Foto 15 – (rua 03, entre as avenidas 04 e 06, Centro).....	68
Foto 16 – (rua 03, entre as avenidas 04 e 06, Centro).....	69
Foto 17 – (avenida 01, entre as ruas 01 e 02, Centro).....	70
Foto 18 – (avenida 01, entre as ruas 01 e 02, Centro).....	71
Foto 19 – (esquina da rua 03 com a avenida 04, Centro).....	72
Foto 20 – (rua 08, entre as avenidas 22 e 24, Santana).....	73
Foto 21 – (avenida 03, entre as ruas 05 e 06, Centro).....	74

Foto 22 – (esquina entre a avenida Samambaia e a rua 09, Santana).....	75
Foto 23 – (esquina da rua 08 com a avenida 08, Santana).....	76
Foto 24 – (esquina da avenida 20 com a rua 14B, Bela Vista).....	77
Foto 25 – (rua 06, entre as avenidas 05 e 07, Centro).....	78
Foto 26 – (praça entre a avenida Visconde do Rio Claro e a rua 06).....	80
.	
Foto 27 – (esquina da rua 02 com a avenida 03, Centro).....	81
Foto 28 – (esquina da rua 01 com a avenida 11, Centro).....	82
Foto 29 – (esquina da rua 04 com a avenida 04, Centro).....	83
Foto 30 – (esquina da avenida 01 com a rua 06, Centro).....	84
Foto 31 – (esquina da avenida 03 com a rua 05, Centro).....	85
Foto 32 – (praça da Igreja de São Benedito, entre as ruas 09 e 10, Centro)....	87

Foto 33 – (jardim público da praça central, entre as ruas 03 e 04, Centro).....	88
Foto – 34 (Igreja Matriz, na rua 06, Centro).....	88
Foto 35 – (o antigo prédio da cervejaria Skol, entre as ruas 06 e 07, Centro).....	90
Foto 36 – (E.E. Joaquim Ribeiro, rua 06, Centro).....	91
Foto – 37 (esquina da rua 01 com a avenida 18, Centro).....	97
Foto 38 – (praça entre a avenida Visconde do Rio Claro e a rua 07).....	98
Foto 39 – (praça entre a avenida Visconde do Rio Claro e a rua 06).....	99

RESUMO

Diante de interferências esteticamente prejudiciais ao panorama natural ou urbano, faz-se necessário identificar a existência da poluição visual como o comprometimento aos valores ambientais, da mesma maneira como outras formas de poluição (do ar, das águas, do solo etc.). Dos excessos das propagandas comerciais às pichações, das monótonas massas de edifícios aos traçados urbanos mal planejados, dos acúmulos de lixo em ruas, praças e jardins às ações governamentais mal sucedidas quanto à sinalização de trânsito, o fato é que o problema da degeneração da qualidade da paisagem urbana surge no momento em que a renovação das cidades é intensa e veloz, justificando a preocupação deste estudo com os aspectos visuais. Esta pesquisa tem o intuito de disponibilizar os estudos da Geografia na aplicação do planejamento ambiental, isto sem perder de vista a inevitável e antagônica relação do poder do capital e da necessidade do cumprimento do acordo de se legar às gerações futuras as melhores condições ambientais possíveis.

ABSTRACT

In front of prejudicial aesthetically interferences to natural or urban landscape, it's necessary to identify the presence of visual pollution how the engagement to environment values, as well as other kinds of pollution (of the air, water, soil and others). From commercial advertising excesses until the pitched walls, from monotonous building structures until the badly planed urban lines, from trash accumulation on streets, squares and gardens until the unsuccessful government actions linked of the traffic signs, what happened is that urban landscape quality deterioration problem emerges in the moment in that cities renovation is stronger and fast, justifying this work worry with visual aspects. This research wants to put Geography studies in the environment planning without to lose sight of inevitable and antagonistic capital power relation and the necessary agreement to leave to future generations the best possible environment conditions.

I. Introdução

1.1. Poluição

Um dos mais graves problemas atuais enfrentado pelo homem, devido ao contínuo avanço tecnológico da civilização moderna, é a poluição.

No momento em que o homem interfere no espaço geográfico, e isso se dá de acordo com suas necessidades e ambições a serem satisfeitas, é que ocorrem as transformações no ambiente. Muitas vezes, essas mudanças se dão de forma inadequada e incoerente, resultando em efeitos negativos, vindo a pôr em risco todo o equilíbrio harmonioso e a segura sustentabilidade do meio natural.

Os resultados pouco satisfatórios com que hoje o mundo se depara em relação ao meio ambiente são conseqüências acumulativas das ações discordantes do homem principalmente num passado pouco remoto iniciado com a Revolução Industrial no século XVIII.

Hoje, devido ao alto nível de poluição dos grandes centros urbanos, este fenômeno passou a ser um tema bem conhecido e discutido pelas pessoas.

Na atual Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, a proteção ao meio ambiente teve um capítulo específico. A nova legislação visa garantir o equilíbrio ecológico das espécies e do ecossistema, através da preservação e restauração da flora, fauna e recursos minerais, definindo em cada estado do país, áreas destinadas a parques e reservas.

Mesmo o artigo 23 da Constituição Federal definindo que: *“É da competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção ao meio ambiente, o combate à poluição em qualquer de suas formas e a preservação das florestas, da fauna e da flora”*; a mesma legislação enfatiza que cabe à União a competência legislativa para editar normas gerais sobre o meio ambiente. Embora não tenha definido o que se deve entender por normas gerais, pode-se conceber

como nelas incluídas aquelas definidoras de políticas nacionais, conceitos e padrões a serem observados, em caráter uniforme, em todo o território nacional. E assim deve ser, posto que se não houvesse a possibilidade da União estabelecer padrões gerais, a produção de normas de controle ambiental, em caráter apenas regional, poderia acarretar uma disputa sem princípios entre os vários estados da nação brasileira.

Como parte essencial da capacidade da União legislar sobre o tema em questão está o conceito do que é poluição, definição esta expressa pelo inciso III do art. 3º. da Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 (lei que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente):

“Art. 3º. – Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

III – Poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) Prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;*
- b) Criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;*
- c) Afetem desfavoravelmente a biota;*
- d) Afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;*
- e) Lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos”.*

Estudar a poluição é entender as suas causas, procurar compreender melhor como as coisas funcionam na natureza e também as relações do homem com o meio ambiente.

Segundo BRANCO (1996), a biosfera, conjunto de todos os ecossistemas da Terra, é resultante de um processo de bilhões de anos de evolução. Conhecida como a camada ou esfera da vida, nela se encontram os seres vivos (animais e vegetais, do ser humano aos seres microscópios) e os elementos inorgânicos, que não têm vida, mas permitem a vida na Terra (o solo, o ar, a água, a radiação solar etc.).

A superfície terrestre encontra-se na interpenetração das três camadas inorgânicas da Terra: litosfera, hidrosfera e atmosfera. Esta película que reveste o planeta, já comparada com relação ao tamanho da Terra à casca de uma maçã, inclui os oceanos (até a profundidade máxima de 11 km, registrada no Pacífico) e a terra (até o ponto culminante do Everest, a quase 9 km de altitude). Do mais profundo ao mais alto ponto do planeta, tem-se aproximadamente 20 km onde pode existir vida; entretanto, há marcas da presença humana em todos os recantos.

O estudo do meio ambiente tem como ponto de partida a apresentação dos mecanismos do ecossistema, unidade funcional de base na ecologia, porque inclui ao mesmo tempo os seres vivos e o meio onde vivem, com todas as suas interações recíprocas. Nessa teia da vida, todos os seres se acham ligados num vasto sistema de vidas entrelaçadas e interdependentes. Um acidente que afete a natureza já pode ser suficiente para romper o equilíbrio momentâneo das diversas forças em ação no ecossistema, desencadeando processos que resultarão na degradação do meio.

As pessoas sempre causaram alguma forma de poluição ambiental. Desde os tempos pré-históricos, resíduos eram lançados nas águas e fumaças produzidas pelas queimadas. Os povos pré-históricos não viviam em áreas densamente povoadas e não possuíam máquinas que provocassem poluição. A poluição era leve e se atenuava sobre grandes áreas.

Com o passar do tempo, o homem foi se tornando cada vez mais capaz de criar ambientes artificiais, ditos antropogenéticos; as chamadas paisagens culturais dos geógrafos se diferenciavam em escala crescente à medida que os meios técnicos evoluíam.

O crescimento da poluição foi diretamente proporcional ao crescimento das cidades. Os problemas ambientais, no entanto, só se tornaram mais sérios e disseminados no séc. XVIII e início do séc. XIX, durante o período chamado de Revolução Industrial.

A Revolução Industrial teve início na Inglaterra e se expandiu para outros países da Europa e para as Américas. Caracterizou-se pelo desenvolvimento de fábricas e pelo superpovoamento das cidades pelos operários das fábricas. O

carvão era utilizado como fonte energética para o funcionamento das máquinas. Conseqüentemente, o ar sobre cidades industriais como Londres foi atingido por enormes quantidades de fumaça, o que resultou à capital inglesa uma aparência escura proveniente de toda fuligem acumulada.

De acordo com BRANCO (1996), poluição do ambiente é um termo que abrange todas as maneiras pelas quais as pessoas poluem o meio ambiente. Entendida como sendo a ação de poluir (sujar, manchar, envenenar etc.), a poluição é o ato ou efeito de degradar um determinado meio natural, tornando-o prejudicial à saúde. Portanto, poluente é todo e qualquer agente que venha a provocar as alterações nesse meio natural.

Gases e fumaças sujam o ar, a água é envenenada por produtos químicos e outras substâncias e o solo é prejudicado com o excesso de fertilizantes e pesticidas. O ambiente é poluído de diversas maneiras.

Emprega-se o conceito de poluição para designar a deterioração das condições físicas, químicas e biológicas de um ecossistema, que afeta negativamente a vida humana e de espécies animais e vegetais. A poluição modifica o meio ambiente, ou seja, o sistema de relações no qual a existência de uma espécie depende do mecanismo de equilíbrio entre os vários processos que fazem parte dele.

Segundo MAGOSSÍ e BONACELLA (1996), a rápida transformação do meio ambiente provocada pelo homem não obedeceu, porém, a conceitos de preservação da natureza, e sim a normas econômicas. Nessas circunstâncias, quando as primeiras dessas leis são transgredidas, desencadeiam-se processos como degradação ou devastação da flora, perigo de desequilíbrio trófico da fauna, erosão ou lixiviação, lavagem de sais do solo, alteração do regime de águas ou do clima, poluição, empobrecimento ou esgotamento dos solos.

Avanços tecnológicos em agricultura, indústria e transporte melhoraram imensamente o modo de vida do homem, mas no desenvolvimento de muitos desses avanços não se levou em consideração seu efeito sobre o meio ambiente.

A poluição do solo pode reduzir a extensão de terra disponível para a cultura de alimentos, o ar poluído pode causar doenças e mortes de seres vivos e a água

poluída pode matar peixes, vidas marinhas e até mesmo pessoas. Apesar do fenômeno da poluição estar estreitamente vinculado ao progresso industrial, onde os danos causados pela ação humana relacionam-se com sua intensidade ou quantidade, reconhece-se que mesmo antes da existência do homem, a própria natureza já produzia materiais nocivos ao meio ambiente.

Os produtos provenientes de fenômenos naturais, originários da própria natureza, tais como os das erupções vulcânicas, dos furacões, das tempestades de poeira ou de areia ou mesmo das chuvas excessivamente torrenciais podem servir como exemplos da referida poluição natural.

A poluição, no entanto, que hoje tanto se fala, refere-se à poluição resultante das atividades humanas, aquela advinda das chaminés das fábricas e indústrias, dos escapamentos dos carros e caminhões, da agricultura mecanizada e tantas outras fontes. Esta então, é a chamada poluição antropogênica.

Ao longo do tempo, a palavra poluição, mesmo até por causa dos avanços tecnológicos do modo de vida atual, consequência do desenvolvimento científico, vem passando por outras conceituações.

Daquela primeira definição, onde o conceito de poluição era tido simplesmente como tudo que implicasse em um desequilíbrio qualquer de um ou mais elementos de um meio natural, até os dias de hoje, o conceito vem sofrendo algumas alterações, pois mesmo sem perder o seu grau de abrangência, passa a ganhar significações particularíssimas segundo novas vertentes, algo muito propício da atual maneira humana de vida. Caso específico do objeto de estudo deste trabalho, a poluição visual.

A poluição, portanto, é um fenômeno dinâmico, de múltiplos aspectos, cujos efeitos sobre o modo de vida humano podem variar de um comum incômodo a consequências drásticas. Por conseguinte, é de meticulosa análise a devida escolha do conceito de poluição e nocividade para classificar certas ações prejudiciais ao meio ambiente.

As propostas de resolução que se apresentam aos problemas causados pela poluição, porém, são complexas. Grande parte da poluição existente atualmente é causada por agentes e ações que beneficiam as pessoas.

Assim, por exemplo, a descarga dos automóveis contribui com elevada percentagem de toda a poluição do ar, mas os automóveis constituem meio de transporte para milhões de pessoas. Fábricas descarregam considerável proporção do material que polui o ar e a água, mas as fábricas fornecem empregos para as pessoas e produzem artigos indispensáveis. Quantidades excessivas de fertilizantes ou pesticidas arruinam o solo, mas os fertilizantes e os pesticidas são importantes auxiliares para o desenvolvimento das plantações.

Para reduzir os altos níveis de poluição ou para contê-la em seus excessos, necessário seria refletir sobre o uso irrestrito de muitas coisas que tornaram a vida das pessoas muito mais cômoda e confortável. Comodidade e conforto, enfatizados, de tal maneira, passaram a ser as pertinências peculiares que caracterizam a vida sedentária das pessoas nos centros urbanos.

De acordo com MAGOSSÍ e BONACELLA (1996), a utilização de automóveis ao invés de transporte público é exemplo nítido da conveniência pessoal resultando em poluição. Em muitas cidades, os automóveis são mais utilizados que ônibus e trens. As pessoas preferem dirigir seu automóvel diretamente ao seu destino do que utilizar um ônibus ou um trem que poderiam não alcançar exatamente o ponto desejado e também gastar mais tempo. Esse uso disseminado do automóvel torna-o a principal fonte de poluição atmosférica nos centros urbanos.

O crescimento da população humana leva a uma necessidade sempre crescente de aumentar a produção dos bens de consumo. Ainda que a população humana atual decidisse satisfazer-se apenas com o que existe, renunciando à utilização de novos modelos de veículos, aparelhos de televisão ou computadores, a produção dessas comodidades não cessaria, pois a imensa maioria da população ainda não as possui.

Por causa da moda dos descartáveis, da mania de querer ter sempre o modelo mais moderno, do excesso de comodismo que leva à utilização de equipamentos automáticos, da submissão inconsciente à chamada sociedade de consumo, tudo isso somado à necessidade de produção maior originada com o aumento da população do planeta, o fato é que as indústrias se proliferam,

consumindo quantidades cada vez maiores de energia e matérias-primas, gerando poluição e outros inconvenientes para o meio ambiente.

A intensificação dos efeitos dos diversos tipos de poluição tem, em contrapartida, estimulado o estudo de formas de controle da emissão de poluentes e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a redução ou eliminação das fontes poluidoras. Novos desenvolvimentos tecnológicos atuam para controlar a poluição causada por tecnologia mais antiga. Instalação de filtros nas chaminés das indústrias e nos escapamentos dos veículos, alterações na composição dos derivados do petróleo usados como combustíveis, tratamento dos esgotos domésticos e industriais, pesquisas de novas fontes de energia não poluentes, emprego de controles biológicos, e não químicos, das pragas agrícolas, são vários exemplos disto.

Entendida como um processo recuperável, a poluição pode ser gradualmente reduzida de diversas maneiras. Restrições quanto ao uso de agentes poluidores podem ser extremamente eficazes no controle da poluição, mas podem também redundar em inconveniências para as pessoas e exigir delas mudanças em seus hábitos e costumes diários.

Segundo BRANCO (1996), a partir do final da década de 60 do séc. XX, as pessoas passaram, através da mídia, a tomar consciência da necessidade de se posicionarem diante da realidade em relação aos perigos dos impactos ambientais decorrentes da poluição.

A pressão advinda dos indivíduos, sujeitos participantes enquanto sociedade organizada, fez com que os governos conseqüentemente exigissem dos centros de pesquisas a apresentação de propostas para resolver estes problemas.

Com relação a esses problemas que passaram a impactuar o meio ambiente, coube ao governo a promulgação de leis ambientais e em decorrência destas, a devida fiscalização do cumprimento das mesmas.

A sobrevivência biológica de todos os seres vivos depende da condição saudável do meio ambiente. O grande desafio que se apresenta à humanidade neste momento é a necessidade de integração, como espécie, à dinâmica da

biosfera e de suas leis. O homem precisa se sentir parte integrante do grande sistema que é a natureza.

A atual Constituição Federal, em seu artigo 225, define: *“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*.

O reconhecimento da sociedade global perante as realizações da ciência é inegável, mas, algumas das interferências antrópicas, no entanto, têm se excedido muito em suas ações, pondo em risco a capacidade de suporte do planeta, não respeitando códigos, consensos e nem mesmo se limitando aos mais básicos parâmetros necessários à natureza.

1.2. Visão

Analisando de forma etimológica, segundo consultas a dicionários, a palavra visão é definida como o ato ou efeito de ver. Percepção sentida pelos órgãos da vista, sensação que produz as ondas luminosas quando incidem às células sensíveis dos olhos. Portanto, os órgãos da visão são os olhos, pares simétricos formados pelos globos oculares e seus anexos.

De acordo com MOREIRA (1995), desde os rudimentares fotorreceptores de certos organismos unicelulares ao complexo olho humano, a evolução percorreu um longo caminho para dotar os seres vivos de instrumentos eficazes para a percepção de tudo que está à sua volta.

Ao longo do processo de evolução dos seres vivos, os membros da linha primata adquiriram olhos grandes, enquanto o nariz encolheu para permitir aos olhos uma visão desimpedida.

Dos mamíferos, só o homem e alguns primatas desfrutam de visão colorida. De todos os sentidos perceptivos, este é o que fornece o maior número de informações, fazendo devidas distinções de formas e cores entre os vários objetos. De fato, os olhos humanos são notáveis discernidores das gradações de cores.

Segundo VANDER (2001), no homem, a visão pode ser compreendida como um processo fisiológico que por meio do qual se distinguem quatro funções: a visão das formas, a das distâncias, a das cores e a dos movimentos:

- a visão das formas pode ser obtida com um único olho e persiste em luminosidade reduzida, embora seja mais nítida com luz viva;
- a visão das distâncias é binocular e se fundamenta na comparação, pelo cérebro, das imagens fornecidas simultaneamente pelo olho direito e pelo olho esquerdo, que são diferentes;
- a visão em cores tem por base a sutil difusão da luz sobre a retina. Na fóvea (área da retina onde a visão é mais nítida), cada ponto

luminoso é uma mancha que cobre quatro células retinianas vizinhas, mas de micro-estrutura diversa;

- a visão dos movimentos tem por base a curta persistência das imagens sobre a retina, o que permite ao cérebro comparar duas posições sucessivas de um objeto e notar a diferença entre elas.

De acordo com KANSKI (2003), o olho funciona como uma câmara fotográfica.

O olho e a câmara registram os objetos de forma semelhante. Cada qual tem uma lente para focalizar a imagem. Tanto a íris do olho como o diafragma da câmara regulam a quantidade de luz recebida. Tanto a retina do olho como o filme da câmara são sensíveis à luz.

O cristalino do olho é uma lente que focaliza a imagem na retina. A lente da câmara focaliza a imagem no filme fotográfico.

A íris abre-se e fecha-se para só permitir que entre no olho a quantidade correta de luz, de modo que o homem possa ver com nitidez e clareza. O diafragma de uma câmara pode ser mais aberto ou mais fechado, a fim de permitir que incida no filme a luz suficiente para uma fotografia nítida.

De acordo com TUAN (1980), a sensibilidade cromática da visão humana normal ostenta um alto grau de precisão, mesmo sabendo que cada pessoa discrimina melhor referidas nuances de cor.

“A dependência visual do homem para organizar o espaço é muito grande” (TUAN, 1983:98). Resulta disso o fato de alguns estudiosos o designarem como um ser predominantemente visual, pois um mundo mais amplo se abre a ele através disto. Um mundo com muito mais informação, espacialmente detalhada e específica, chegando até ele por meio destes órgãos sensitivos. Ato este, não alcançado com tal êxito por nenhum dos outros seus sensores perceptivos.

De acordo com VANDER (2001), os olhos, portanto, são os órgãos da visão. Constituídos por uma estrutura esférica alojada na cavidade orbitária (uma de cada lado da face), dotada de considerável liberdade de movimentos rotatórios. O globo ocular é umedecido pela secreção das glândulas lacrimais. A luz nele penetra

através de uma abertura circular (pupila) situada no centro da íris, passa através de lentes (cristalino), onde é focalizada, e incide sobre uma delicada membrana interna, a retina; ao chegar a esta, a impressão luminosa é transmitida ao cérebro pelo nervo óptico.

O homem possui visão estereoscópica. Os olhos humanos estão localizados na frente, em uma posição que limita o campo visual. O homem não pode ver o que está atrás de sua cabeça, mas tem a vantagem dos olhos frontais que fornecem uma dupla garantia da informação: a visão binocular auxilia o homem a ver as coisas nitidamente como corpos tridimensionais. Esta é uma habilidade inata. A experiência adquirida ao transcorrer do tempo, entretanto, é necessário para o desenvolvimento pleno da visão tridimensional.

Os recém-nascidos têm a visão muito indefinida, podendo distinguir somente claridade e escuridão. A visão estereoscópica somente se desenvolve completamente quando a criança chega aos sete ou oito anos de idade.

A visão estereoscópica é a capacidade que o homem tem de julgar a profundidade dos diferentes planos em que estão as coisas. Esta competência encontra-se bem desenvolvida somente no homem e nos animais superiores.

Segundo MOREIRA (1995), no homem, os nervos ópticos provenientes de um e outro olho fundem-se no quiasma óptico, perto do encéfalo. A partir do quiasma óptico, fibras nervosas vindas da metade direita de cada olho penetram na metade direita do encéfalo. Fibras vindas da metade esquerda de cada olho entram na metade esquerda do encéfalo. Cada metade do encéfalo recebe uma imagem vinda de ambos os olhos. Dessas imagens vindas dos dois olhos, o cérebro forma uma imagem única.

A capacidade que o cérebro tem de formar uma só imagem de dois campos de visão que se interpenetram é chamada de visão binocular. As ligeiras diferenças entre a imagem vinda do olho direito e a imagem que vem do olho esquerdo dá ao homem a visão estereoscópica.

O encéfalo só vê uma luz cerca de um décimo de segundo depois da mesma ser acendida. Conseqüentemente, a imagem da luz persiste cerca de um décimo de segundo depois dela ter sido desligada. Essa persistência da imagem visual explica

por que um fósforo incandescente parece deixar um risco luminoso quando ele é atirado para fora no escuro.

Assim como a maioria das pessoas é destra ou canhota, a maioria das pessoas enxerga melhor com o olho direito ou com o olho esquerdo. Cada um tem o seu olho dominante.

Uma pessoa cega de um olho não tem percepção normal de profundidade.

Os bons hábitos são importantes no uso dos olhos. A luz ajuda o homem a ver, mas o excesso dela pode prejudicar os olhos. Olhar diretamente o Sol pode lesar os olhos e causar cegueira parcial.

Os homens que soldam estruturas metálicas, os que trabalham junto de fornalhas industriais ou os que realizam outras tarefas perto de uma luz brilhante, devem usar protetores especiais para os olhos. Os protetores reduzem a quantidade de luz que alcança os olhos.

Para a prática de uma leitura confortável se faz necessário uma boa luz; mas, luz em excesso, pode causar um certo desconforto. Para ler, as pessoas deveriam segurar a folha impressa a pelo menos 35 cm de distância dos olhos. Os músculos que focalizam os olhos para a leitura cansam-se após uso demorado e já não funcionam adequadamente. O cansaço ocular e a visão embaçada podem resultar de focalização defeituosa. Quando se lê por um período longo, deve-se de vez em quando relaxar os músculos oculares, fitando por algum tempo um objeto distante.

Segundo TUAN (1980), há pessoas que apresentam plena visão periférica. Aquele que tem essa capacidade, potencialmente, vive um mundo mais panorâmico que qualquer outra pessoa, pois consegue ver cento e oitenta graus à sua volta.

A história da oftalmologia ocupa um lugar especial na evolução da medicina em virtude das peculiaridades do órgão da visão: a importância de sua função e o mistério de seu funcionamento fizeram com que, durante muito tempo, fossem atribuídos ao olho poderes mágicos, benfazejos ou nefastos, capazes de lançar mau olhado ou quebranto.

Oftalmologia é a especialidade médica à qual cabem o estudo, o diagnóstico e o tratamento das doenças e lesões do olho e seus órgãos anexos. O

oftalmologista se dedica não só aos aspectos patológicos da visão, mas também à análise de sua fisiologia.

Conseqüentemente, os olhos são uns dos órgãos mais importantes que o homem dispõe para saber o que há no mundo que o cerca. Usa-se os olhos para tomar conhecimento das coisas, apreciar as belezas naturais e gozar os prazeres da leitura e da pintura. Os olhos ajudam o homem a realizar quase todas as atividades da vida cotidiana.

Com cerca de 2,5 cm de diâmetro, os olhos são únicos entre todos os sentidos a vencer grandes distâncias. O tato e o paladar requerem contato direto com o objeto. O homem pode sentir o cheiro das coisas sem tocá-las, mas o nariz tem de entrar em contato com as partículas odoríferas, portadoras de odor, emitidas pelas coisas. O homem pode também sentir sons fortes provindos de certa distância; mas, o ouvido requer ajudas mecânicas, como o telefone ou o rádio, para ouvir a grande distância. O olho torna quase ilimitado o mundo visual. Pode-se ver no céu, estrelas tão remotas que suas luzes podem ter viajado no espaço por milhares de anos.

Hoje, na sociedade contemporânea, esse enfatismo em relação ao sentido da visão é ainda mais marcante. De acordo com a AGENDA 21 LOCAL, São Paulo (1997), entre os cinco sentidos perceptivos principais, “o ato de fitar os olhos em”, ocupa um lugar privilegiado entre todos os demais que recebem as sensações vindas do mundo externo. Nem o paladar, o tato, o olfato, ou mesmo a audição, estão tão desenvolvidos no homem como a capacidade de perceber o meio ambiente através da sensação obtida pelos olhos.

1.3. Poluição Visual

No centro comercial urbano das médias e grandes cidades, a exposição da sobrecarga de informações ocasiona um incômodo visual. A pé ou não, os cidadãos que transitam por estes locais têm a difícil tarefa de fugir deste desconforto conseqüente da intensa sucessão de placas, cartazes, letreiros luminosos, outdoors, cavaletes, faixas, infláveis, totens, balões, banners, placares eletrônicos, painéis televisivos e outros elementos ainda mais modernos que compõem a parafernália publicitária do meio comercial.

Este suceder excessivo de informes além de afligir os olhos dos transeuntes, também transgredir regras básicas de segurança, transforma as feições dos prédios, obstruindo aberturas de insolação e aeração e deixa a população sem noção de espaço quando retira da paisagem urbana a possibilidade dos referenciais arquitetônicos, descaracterizando toda a arquitetura.

As pichações e os modos de linguagem do grafitismo aplicados aos monumentos, aos prédios públicos e particulares e aos equipamentos urbanos é a representação dessa nova vertente urbana para essa mais recente maneira de poluir visualmente.

As propagandas políticas afixadas nas faces externas dos muros, mesmo depois do período eleitoral, não são devidamente retiradas, assim como os que têm anúncios de espetáculos e eventos sobrepostos, problema este que aparece também nos postes públicos de iluminação e sob os viadutos colados em colunas. Juntamente a isso, é grande a proporção dos folhetos publicitários, ao longo do ano, e dos panfletos políticos, em períodos eleitorais, distribuídos pelos garotos e garotas propaganda próximos aos semáforos, que acabam indo parar no chão pelas mãos de motoristas pouco conscientes.

Adiciona-se ainda a todos esses problemas, o emaranhamento da profusão das redes aéreas que com seus fios e cabos suspensos passando de um poste de iluminação pública a outro, dão a impressão de gigantescas teias de aranha, as bancas de jornais abarrotadas com os mais diversos reclames da gama variada de

revistas e as barracas dos camelôs que entopem demasiadamente os espaços públicos com faixas e cartazes de suas mercadorias postas à venda.

O acúmulo de todos esses excessos visuais acaba por dificultar a absorção e o entendimento dos informes necessários e úteis para o deslocamento e para a boa fluência tanto do trânsito de veículos quanto do de pedestres.

Diante de interferências esteticamente prejudiciais ao panorama natural ou urbano, faz-se necessário identificar a existência da poluição visual como o comprometimento aos valores ambientais, da mesma maneira como outras formas de poluição (do ar, das águas, do solo etc). Certos integrantes que compõem a dinâmica da paisagem urbana comprometem esteticamente a harmonia do todo. A má conservação das fachadas dos imóveis, a falta de arborização e de ajardinamento, o lixo exposto, o excesso de concreto são alguns dos exemplos.

Os abusos visuais expressos nos centros das cidades chegaram a tanto que não se limitam mais às propagandas publicitárias colocadas próximas a cruzamentos de avenidas, eles estampam agora as traseiras de ônibus e táxis, veiculando como verdadeiros outdoors ambulantes.

Nos canteiros públicos de algumas avenidas de alto fluxo, apresenta-se outro nítido exemplo desses absurdos. A pretexto das muitas e diminutas mudas de árvores plantadas, há o mesmo número de grandiosos protetores que as envolvem, ostentando a logomarca de empresas que mais se preocupam com o trabalho de divulgação de suas mercadorias que com questões relacionadas ao meio ambiente.

A Lei Federal nº. 6.938/81 em seu artigo 3º., inciso III, letra d, já citada neste estudo, é enfática ao expressar na própria definição de poluição, a correlação entre a qualidade ambiental e as condições estéticas do meio ambiente. A idéia de meio ambiente, no entanto, relaciona-se geralmente às noções da primeira natureza, aquela constituída essencialmente por elementos naturais e seus recursos. Os recursos naturais são fontes de riquezas materiais que existem em estado natural, tais como florestas, reservas minerais etc. As preocupações dos cientistas que estudam o meio ambiente, quase sempre estão voltadas à necessidade de preservação de florestas e ecossistemas em risco, mananciais, oceanos, rios, atmosfera, solo e até mesmo espécies animais ameaçadas de extinção. O conceito

que as pessoas têm de meio ambiente dificilmente relaciona-se às questões intrínsecas ao espaço urbano.

Esta lei que dispõe sobre Política Nacional do Meio Ambiente (nº. 6.938/81) prevê expressamente em seus princípios a proteção e recuperação das áreas ameaçadas de degradação. Independentemente da diferenciação entre áreas rurais e urbanas, a lei define a poluição de modo geral, fazendo inserir o conceito de estética além dos de saúde, segurança e bem-estar da população em relação às consequências maléficas sofridas deste meio de degradação. Determina como poluidor quem causa poluição, isto é, a pessoa responsável direta ou indiretamente por atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental.

O impacto sentido diante dos olhos de um cidadão que aprecia a paisagem urbana ao deparar-se com um enorme letreiro luminoso de uma loja no centro da cidade que o seu dono acabara de colocar para atrair a freguesia, além de ocultar as feições arquitetônicas que expressam o prédio edificado, denota também a falta de conhecimento do proprietário do imóvel em não ter a devida consciência de ser parte integrante harmonicamente de um todo, degenerando a interação da arquitetura circundante.

Quando se pensa em uma cidade, pensa-se antes de qualquer coisa em funcionalidade. A malha viária urbana com as vias públicas, as quadras com as edificações e todos os equipamentos dispostos que compõem o cenário urbano devem ser concebidos a fim de viabilizar o exercício eficiente das variadas funções como moradia, trabalho, circulação e lazer. A funcionalidade é a característica mais relevante para qualificar um bom planejamento urbano, mas apesar de vital, não pode ser a única preocupação entre outras tantas.

Em meio ao estresse urbano atual dos centros comerciais das médias e grandes cidades, característica pertinente da vida cotidiana das pessoas destas cidades, é fácil esquecer que a expressão da paisagem urbana poderia ser algo que despertasse prazer visual assim que viesse a ser percebida. O objetivo principal deste estudo não é discorrer sobre o fascínio que a beleza das coisas exerce sobre as pessoas, mas é de relevante importância destacar que o culto e a contemplação ao que é belo também faz parte da cultura do ser humano. Por outra razão não é

que o homem cerca-se de ornamentos, valoriza a harmonia das formas e das cores dos objetos e suas qualidades plásticas e decorativas.

A preservação do paisagismo implica na necessária limitação à inserção de cartazes na cidade. Para isso, parece não existir outra fórmula, a não ser a de limitar o número de cartazes e de restringir as suas dimensões. A proliferação de cartazes e outros elementos de comunicação visual interfere nos padrões estéticos de uma cidade.

Os cartazes meramente indicativos servem para informar ao público sobre a natureza dos estabelecimentos (barbearia, farmácia, açougue etc). Nenhum argumento substancial justifica a presença abusiva de cartazes no cenário da cidade.

Hoje, há placas que alcançam o meio da rua em tamanhos exagerados e perigosos. Restrição quanto à colocação de cartazes e placas e suas dimensões, no entanto, deve ser preocupação prioritária de uma lei que pretenda impedir a poluição visual. Os munícipes precisam ser vistos como cidadãos, e não como meros consumidores que devem ser atingidos na condição de público alvo.

Fato notório é que o desenvolvimento desordenado da paisagem urbana ocasiona prejuízos à estética da cidade. O efeito da deterioração dos espaços da cidade em consequência dos resultados das desconformidades de todas essas circunstâncias é o que aqui esse estudo se propõe a chamar de poluição visual.

O cenário urbano deve se proteger de todas e quaisquer intervenções urbanísticas amparado disciplinarmente por lei municipal. Torna-se de clara evidência que a análise de padrões estéticos sempre estaria revestida por conceitos impregnados de subjetivismos e que a imposição de um padrão oficial de estética seria indevidamente autoritária.

O estabelecimento de consensos que fundamentem os parâmetros necessários, no entanto, deveria haver em relação à harmonia de elementos tanto naturais quanto artificiais. Na dificuldade de se estabelecer critérios meramente objetivos verificáveis através de mensurações métricas, é preciso que o elaborar de uma lei promova um trabalho de integração para avaliar em cada caso concreto, a eventual ocorrência do abuso ou da discordância. Embora em muitos casos, as

aberrações sejam de abusividade ou discordância flagrantes até mesmo para os olhos dos leigos, evidencia-se nesse intuito a necessidade emergente de especialistas (estudiosos da paisagem urbana: geógrafos, arquitetos, engenheiros etc) como profissionais qualificados para detectar mais apropriadamente as razões e as conseqüências de cada determinado abuso ou discordância.

Definidos os critérios, poderia se falar assim, numa função estética que as coisas em geral deveriam possuir a fim de criarem uma sensação visualmente agradável às pessoas. Este prazer visual estaria então, relacionado neste caso, às paisagens que cercam o dia-a-dia das pessoas, sobretudo nas cidades. Então, os elementos que compõem o cenário urbano poderiam estar dispostos de modo que se inter-relacionassem harmonicamente para que melhor pudessem ser apreciados. A função estética da paisagem urbana deveria ser uma preponderante a mais a ser considerada como preocupação pela administração de todo município.

O homem deve demonstrar respeito às mais variadas culturas e compreendê-las, indistintamente, segundo os próprios valores e conceitos pertinentes a elas. Faz-se necessário porém, e acima de tudo, o estabelecimento de consensos que limitem os parâmetros relativos quanto ao grau de conforto e bem-estar biológico, físico e mental de cada cidadão.

II. Revisão Bibliográfica

Este capítulo apresenta breve relato das obras consultadas dispostas cronologicamente. Os trabalhos analisados, mesmo não tendo o título específico deste que agora se apresenta, foram de necessária relevância para que através de uma adequada correlação, este alcançasse a devida solidez suficiente que caracteriza um trabalho científico.

“Pesquisa alguma parte hoje da estaca zero. Mesmo que exploratória, isto é, de avaliação de uma situação concreta desconhecida, em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida. Uma procura de tais fontes, documentais ou bibliográficas, torna-se imprescindível para a não-duplicação de esforços, a não “descoberta” de idéias já expressas, a não-inclusão de “lugares-comuns” no trabalho.

A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes.”(LAKATOS e MARCONI, 1985: 199)

Na intenção de atingir a viabilidade desejada com a aplicação desta proposta, as obras abaixo-relacionadas fundamentam o alicerce sólido deste estudo, sendo de grande importância para a estruturação do desenvolvimento da pesquisa, preparando-o devidamente para as suas distintas fases e o capacitando com a necessária competência para a clara e objetiva análise integrada dos fatores que constituem o tema em questão.

SERRAN, J. R. Poluição Visual e/ou Estética. In: RECURSOS Naturais, Meio Ambiente e Poluição: Contribuições de um Ciclo de Debates. Rio de Janeiro: SUPREN, IBGE, 1977. p. 435-439. (Série Recursos Naturais e Meio Ambiente, 2)

O autor discorre sobre a questão da poluição visual, não a classificando como uma forma de poluição, e sim, propondo-se a entendê-la como expressão visual resultante das variadas formas de poluição. Devido à grande dificuldade em mensurá-la, ele a considera segundo o grau de tolerância da percepção humana.

SNYDER, E. E. Parem de Matar-me (O Planeta em Perigo). Trad. R. Paul Neto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 193 p., 1978.

Este livro apresenta um relato das conseqüências do avanço tecnológico do séc. XX, que segundo o autor, excedem a capacidade de suporte de todo o planeta. Transformações de velocidade intensa, põem em risco toda a segura sustentabilidade e o equilíbrio harmonioso do meio natural.

TAYLOR, G. R. A Ameaça Ecológica. Trad. Rodrigo Machado, São Paulo: Editora Verbo, 289 p., 1978.

Este livro é um verdadeiro protesto alarmante referente ao atual quadro de degradação em que se encontra o meio ambiente. Através da aplicação de medidas corretivas num consistente procedimento, o autor acredita no resgate do bem-estar físico-social de toda a comunidade global.

TROPPEMAIR, H. Metodologia Simples para Pesquisar o Meio Ambiente. Rio Claro: Impresso Graff Set, 232 p., 1988.

Exemplo bastante elucidativo para principiantes sobre o tema. O autor demonstra através de exemplos práticos, a montagem elaborada de um plano de pesquisa. Da importância de se repensar sobre o assunto a ser focado, passando pelos variados itens até chegar às considerações conclusivas do projeto.

YAMAMOTO, N., BRISSAC, C., ERCÍLIA, M. Tralhas Urbanas: Sem Leis nem Fiscais, O Lixo se Acumula e Distorce a Fachada de São Paulo. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 set. 1989.

Arquitetos, artistas plásticos e outros tantos profissionais colaboram com a questão da poluição visual, procurando estabelecer consensos que visem a contenção do crescimento desordenado de anúncios publicitários decorrente da livre competitividade da economia de mercado. Elegem como principais agentes causadores desta desarmonia, a falta de uma legislação adequada e a ausência de um órgão fiscalizador operante.

TROPPEMAIR, H. Nós e O Meio Ambiente: Postes e Placas – Poluição Visual. Diário do Rio Claro, Rio Claro, 09 jun.1991.

Este artigo enfatiza a questão da poluição visual na área urbana do município de Rio Claro. Através de um levantamento minucioso, o pesquisador constata a existência do referido problema numa das principais ruas centrais.

DE CARVALHO, P. F. Patrimônio Histórico e Artístico nas Cidades Médias Paulistas: A Construção do Lugar. In YÁZIGI, E., CARLOS, A. F. A., DA CRUZ, R. C. A. (Org.) Turismo – Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. p. 100-113.

O autor enfoca neste artigo, que uma das formas de comunicação entre as pessoas, está na manifestação de seus próprios lugares, portanto, se as pessoas não cooperarem na preservação de tal patrimônio, logo mais não terão nada para ser preservado. Neste tom de conscientização é que ele trabalha esse assunto tomando como exemplo a cidade de Rio Claro.

GOIA, P. C. L. Y. Percepção e Preservação do Patrimônio Arquitetônico Urbano: A Cidade de Bauru. In: Uma Visão Interdisciplinar sobre o Estudo da Paisagem. Bauru: UNESP, 1996. p. 89-99 (Cadernos Paisagem – Paisagens, 1)

A autora, neste artigo, relata a necessidade da conscientização da comunidade em relação ao patrimônio histórico, justamente numa fase em que a renovação da cidade é intensa. Com a preocupação voltada aos aspectos visuais, enfoca os espaços significativos que estão sendo alvo de desprezo e descaracterização.

Com relação a esta revisão de livros conclui-se que a bibliografia específica sobre o assunto em disponibilidade é ainda muito restrita. Dentre o tema poluição e

suas variações, a visual é a menos mencionada e, portanto, a que menos se conhece por ter o menor número de trabalhos desenvolvidos.

Cientificamente, ainda há pouca preocupação em relação a este tipo de problema, nem mesmo em relação à poluição luminosa que devido aos seus fortes contrastes de luzes berrantes pode vir a ofuscar a visão e afetar a segurança das pessoas no trânsito.

III. Os Objetivos

Reconhecendo que nenhum outro sentido na sociedade atual está tão desenvolvido no homem como a capacidade de perceber o meio ambiente através da visão, este estudo tem por proposição a aplicabilidade da Geografia no planejamento ambiental, intencionando assim, uma melhor organização do espaço geográfico.

“As entidades que se preocupam com a relação entre o homem e a natureza raramente investigam este canal de comunicação. Estudam o ar, a água, o solo, a flora e a fauna; preocupam-se com a escassez de espaços livres e a expansão das áreas ocupadas por construções humanas e com a explosão populacional, o excesso de lixo, o esgotamento das fontes de energia disponíveis; porém não há muitas contribuições quando se trata da poluição visual da paisagem natural ou urbana.

No entanto, a visibilidade disponível na paisagem deve ser entendida como um recurso natural a ser preservado para as gerações futuras.

No caso da paisagem urbana, a visibilidade se torna ainda mais determinada pelas condições físicas do ambiente, pois a organização da cidade em uma hierarquia rígida de vias orienta o fluxo do tráfego a escoar sempre pelos mesmos corredores viários, restringindo a imagem da cidade ao “túnel de visão” determinado pelo conjunto dos campos visuais existentes ao longo do percurso.

Assim, conforme a largura da via em que se trafega, estes campos visuais são mais ou menos amplos e as edificações, obstáculos para delimitá-los ainda mais, constroem a visibilidade disponível para quem circula na cidade. Dentro destes “túneis de visão” temos um leque muito limitado de opções quanto à direção para onde olhar (mesmo sem mover a cabeça) e quanto ao que ver ou ao que não ver da paisagem urbana.” (AGENDA 21 LOCAL, São Paulo, 1997: 114)

3.1. O Objetivo Geral

A Lei Federal nº. 6.938/81 (que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação) define meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (art. 3º., inc. I) e poluição como “a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente” (art. 3º., inc. III, letra d).

O amparo ao meio ambiente, no entanto, não pode desprezar os interesses urbanísticos, que são aqueles que garantem a qualidade de vida nas cidades, habitat de mais de dois terços da população brasileira.

No passado, pelo fato da poluição ainda não ser uma questão preocupante tão evidente, o foco ambientalista não dedicava à defesa da paisagem uma atenção destacada. Hoje, portanto, a tutela ambiental compreende a proteção a interesses urbanísticos e estéticos que compõem a paisagem urbana.

Reveste-se ao conceito de paisagem um caráter de valor ambiental, o que faz com que este tema se relacione diretamente com a qualidade de vida da população.

A Constituição Federal coloca a “garantia do bem-estar de seus habitantes” como objetivo da política de desenvolvimento urbano (art. 182), preocupação que se renova na Constituição Estadual, cujo texto dedica ainda atenção à “preservação, proteção e recuperação do meio ambiente urbano” (art. 180, inc. III).

Este estudo tem por objetivo geral a necessidade da conscientização das pessoas frente ao fato da poluição visual. O intuito maior desta dissertação que aqui se apresenta é o de evidenciar a constatação deste tipo específico de poluição.

Os primeiros passos deste intento caminham no sentido de sensibilizar as pessoas para a relevância do tema em questão, já que ainda nos dias de hoje ele parece ser considerado irrelevante diante dos problemas prementes do cotidiano das pessoas.

Amparado nos princípios e preceitos dos conceitos básicos de cidadania e desenvolvendo um reaprendizado por meio da linha mestra da educação ambiental, este estudo pretende disseminar entre os cidadãos o dever da preservação sustentável de um meio ambiente saudável para as futuras gerações, conjuntamente com o fato de que a visibilidade da harmonia dos elementos que compõem a paisagem seja visto como um direito que cabe a qualquer cidadão que faça as suas exigências por uma melhoria da qualidade de vida.

3.2. Os Objetivos Específicos

A poluição visual pode se inserir em diversos contextos e alterar o perfil de muitos lugares. Com reflexos imediatos na imagem das cidades, esse tipo de poluição detém um caráter subjetivo. Ela é caracterizada pela dificuldade de interpretar e absorver mensagens e interfere em diferentes intensidades na relação diária das pessoas.

O comprometimento da poluição visual não é medido com tamanha facilidade, mas a sua consequência pode ser de certa significância. Desde a dificuldade de encontrar endereços e identificação de bairros ou estabelecimentos até a influência em acidentes de trânsito, a poluição visual exerce no cenário urbano uma limitação que pode alterar a percepção devido às transformações artificiais.

O ambiente visualmente poluído acaba por causar incômodo nas pessoas e faz com que elas perquem a capacidade de perceber coisas importantes. A colocação de publicidade em local onde impede ou prejudica a sinalização do trânsito pode causar problemas de segurança aos cidadãos.

A poluição visual dificulta a percepção da cidade pelos cidadãos, tornando difícil a compreensão dos espaços da cidade. Ela mascara a identidade dos espaços da cidade, tornando-os todos semelhantes, dificultando a orientação do cidadão e escondendo os marcos referenciais urbanos, aqueles que fazem com que uma cidade se diferencie de outra (sítios naturais, monumentos, edifícios históricos, praças, parques etc.).

Com a devida explanação do objetivo geral já transcorrida, esse estudo decorre apresentando então seus objetivos específicos:

- constatar evidencialmente a poluição visual em Rio Claro;
- permitir a boa percepção e compreensão da estrutura da paisagem, fazendo com que os cidadãos identifiquem com facilidade os principais marcos referenciais do lugar;

- proteger, preservar e recuperar o patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico ou de consagração popular, criando se possível, incentivos para a preservação da paisagem (memória cultural);
- melhorar a acessibilidade às regiões de alto fluxo, garantindo as condições de segurança, fluidez e conforto no deslocamento de veículos e pedestres e
- apresentar as recomendações quanto a alguns critérios para uma devida adequação ou reajuste dos anúncios publicitários, fazendo com que os mesmos sejam vistos como elementos integrados à paisagem e não como elementos dominantes, facilitando aos cidadãos a identificação dos logradouros públicos.

IV. A Justificativa do Tema

O problema da degeneração do ambiente urbano surge no momento em que a renovação das cidades é intensa e veloz, justificando a preocupação deste estudo com os aspectos visuais. Esta investigação tem o intuito de disponibilizar os estudos da Geografia na aplicação do planejamento urbano, isto sem perder de vista a inevitável e antagônica relação do poder do capital e da necessidade do cumprimento do acordo de se legar às gerações futuras as melhores condições ambientais possíveis.

A dinâmica visual do cenário urbano não é algo tão recente. Segundo YAMAMOTO e outros (1989), nas primeiras décadas do século XX, a rua Direita, localizada no centro da cidade de São Paulo, já apresentava suas lojas com suas referidas fachadas quase que totalmente cobertas por cartazes e anúncios, demonstrando portanto, desde outrora, sua clara vocação como vitrine publicitária.

Os estabelecimentos comerciais, no afã de chamar a atenção de clientes potenciais, instalam letreiros indicativos em suas fachadas, que muitas vezes, por suas dimensões, parecem desempenhar além da função indicativa, também a publicitária, extrapolando a mera intenção de informar ao público a natureza do estabelecimento.

A tecnologia tornou-se aliada dos anunciantes. Os cartazes tornaram-se sofisticados, iluminados, instalados em locais altos de grande visibilidade. Telões eletrônicos permitem a exibição de imagens em movimento. Inovações como anúncios veiculados por helicópteros, aviões e balões surgem no céu. Existem hoje, anúncios publicitários de proporções gigantescas e outros até que chegam a alcançar numa altura acima dos veículos o meio da rua.

A livre competitividade da economia de mercado através da pressão da esfera comercial fez com que a situação alcançasse atualmente o mais alto grau de evidência ao longo do tempo.

Placas, painéis e cartazes reproduzem-se sem nenhuma organização aparente numa infinidade de apelos ilustrativos, criando um verdadeiro acúmulo de

lixo visual e acabando por produzir regiões mal conservadas, distorcendo e degenerando a fachada arquitetônica de muitos edifícios.

Dos excessos das propagandas comerciais às pichações, das monótonas massas de edifícios aos traçados urbanos mal planejados, dos acúmulos de lixo em ruas, praças e jardins às ações governamentais mal sucedidas quanto à sinalização de trânsito, o fato é que uma cidade não é meramente um ambiente de negócios, um simples mercado onde até a paisagem é objeto de interesses econômicos lucrativos.

O art. 3º, inc. III, letra d da Lei Federal nº. 6.938/81 é expresso ao associar qualidade ambiental com as condições estéticas do meio ambiente na própria definição de poluição. As cidades precisam ser vistas, acima de tudo, como ambiente de vida humana, onde se inter-relacionam valores, conceitos e preceitos que expressam as devidas condições saudáveis para o desfrutar de uma boa convivência. São com os porquês voltados neste sentido que a justificativa deste tema se fundamenta.

V. A Caracterização da Área de Estudo

5.1. Um Breve Relato Histórico

Segundo ORTIGOZA (1997), o povoamento de Rio Claro iniciou-se no século XVIII, como pouso de tropeiros que se dirigiam às minas de ouro de Cuiabá e se alojavam às margens do Córrego da Servidão. Entre 1821 e 1824, várias fazendas de açúcar e café se instalaram na região através do sistema de sesmarias. Em 1827 (data oficial de fundação), o povoado foi elevado à categoria de Capela Curada sob proteção de São João Batista, sendo desde então, comemorado em 24 de junho o dia da cidade.

Importante para o desenvolvimento da cidade foi a inauguração, em 1876, do ramal férreo Campinas – Rio Claro, da Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais, investimento financiado pelos fazendeiros de café. Em 1892, foram instaladas as oficinas da Cia. Paulista. Imigrantes alemães e italianos muito contribuíram para acelerar o processo de desenvolvimento agrícola e de indústrias de bens de consumo.

A cidade sofreu duro golpe com a crise do café em 1929 e entre as décadas de 30 e 70 experimentou modesta expansão industrial. A partir de 1970, com a criação do Distrito Industrial, várias indústrias aqui se instalaram. Rio Claro foi a primeira cidade do estado e a segunda do país a receber energia elétrica no ano de 1885. Também se destacou como pioneira na abolição da escravidão e como berço da República.

No esporte, a cidade já viveu dias de glória, com o ciclismo (década de 20), o futebol (em 1979), a natação (destaque para as equipes do Colégio Koelle, nas décadas de 40 e 50), o basquete (campeão paulista, brasileiro, sul-americano e pan-americano, nas décadas de 80 e 90) e recentemente, o hipismo.

5.2. Dados Físico-Geográficos e Humanos

De acordo com TROPMAIR (1978), os geógrafos costumam dividir o estado de São Paulo em quatro grandes regiões: a Planície Costeira, o Planalto Cristalino, a Depressão Periférica e o Planalto Ocidental Paulista (Monbeig, 1965). Cada região se caracteriza por suas peculiaridades físicas, humanas e econômicas. O município de Rio Claro, com seus 540km², ocupa uma posição limítrofe, uma vez que, situado na Depressão Periférica, seus limites ao norte alcançam o sopé da cuesta, localmente chamado de Serra dos Padres, onde se inicia o Planalto Ocidental. Se ao norte do município podemos verificar a existência de vários níveis altimétricos, resultado da existência de pedimentos, em direção sul para a Depressão Periférica, onde se localiza a maior parte do município, a topografia se torna mais monótona com interflúvios subtabulares de vertentes convexas no alto e côncavas no sopé, fracamente inclinados (3° a 5°) com altitudes oscilando entre 550m e 650m. Os interflúvios são separados por vales cujo perfil transversal alcança de 3 a 5km, enquanto os fundos de vale, geralmente chatos, são entulhados por sedimentos aluviais. Este quadro geomorfológico, denominado de “bacia de Rio Claro” por Penteado, M. (1968), é resultado do trabalho erosivo dos rios e da água das chuvas fazendo parte da área de “circundesnudação periférica”, designação esta que exprime perfeitamente a gênese dessa porção territorial do nosso estado.

Segundo ORTIGOZA (1997), o município de Rio Claro localiza-se no centro-leste do estado de São Paulo. A cidade está distante da capital 173km através das rodovias Bandeirantes, Anhanguera e Washington Luís. Situada na região de Campinas (segundo pólo industrial do estado) faz parte de uma micro-região bastante desenvolvida e em constante expansão econômica. Rio Claro encontra-se a 240km do porto de Santos, a 85km do Aeroporto Internacional de Viracopos (utilizado principalmente para cargas) e a 200km do Aeroporto Internacional de Guarulhos, na região metropolitana da capital.

O marco zero da cidade está a uma altitude de 613m. O ponto mais alto está localizado no Horto Florestal, muito próximo à área urbana. O Horto tem uma área de 2.314 hectares e é composto por vegetação nativa e por áreas florestadas com o cultivo do eucalipto.

As áreas com altitudes mais baixas estão localizadas no vale do rio Corumbataí. O relevo do município é formado por interflúvios tabulares em planalto baixo. O terreno da área urbana possui uma topografia regular-plana. Toda a outra área restante apresenta suaves ondulações com amplos vales fluviais e colinas alongadas.

O município está inserido na bacia do Corumbataí, que é o nome do principal rio. Ele deságua no rio Piracicaba (bacia do Tietê). Além do Corumbataí e do Ribeirão Claro, que abastecem a cidade, outros rios importantes do município são o Passa Cinco e o Cabeça. O principal córrego que corta a área urbana é o córrego da Servidão, canalizado no trecho da avenida Visconde de Rio Claro.

O clima tropical, com temperatura média oscilando em torno de 22°, caracteriza-se por estiagens de inverno (junho a setembro) e chuvas no verão (dezembro a março), apresentando aspectos de transição, que são verificados continuamente pelos avanços e recuos das massas polares e tropicais.

A vegetação natural é composta predominantemente de cerrado, porém restrita a algumas áreas de proteção ambiental (APA). A área rural do município está voltada economicamente para o cultivo e colheita da cana-de-açúcar, cítricos e pastagens.

O município de Rio Claro faz limite com os seguintes municípios: a norte com Corumbataí e Leme, a leste com Araras e Sta. Gertrudes, a sul com Itacemópolis e Piracicaba e a oeste com Ipeúna e Itirapina.

A população total do município de Rio Claro é de 163.341 habitantes segundo o Censo do IBGE de 2000. Desse total, cerca de 97% residem na área urbana e 3% na área rural.

VI. Material e Técnicas de Pesquisa

“Os trabalhos científicos devem ser elaborados de acordo com normas preestabelecidas e com os fins a que se destinam; serem inéditos ou originais e contribuirão não só para a ampliação de conhecimentos ou a compreensão de certos problemas, mas também servirem de modelo ou oferecer subsídios para outros trabalhos.” (LAKATOS e MARCONI, 1985: 209)

Entendido como tudo aquilo que se oferece de maneira perceptível aos sentidos humanos, o objeto de estudo deste trabalho se faz agora juntamente com as técnicas de pesquisa, de tema deste capítulo.

O objeto de pesquisa deste estudo é a paisagem.

“Estamos rodeados por objetos que não foram feitos por nós e que têm uma vida e estrutura diferente da nossa: rios, vales, montanhas, colinas, árvores e flores; e, também, por objetos que são criações do homem, construídos ao longo do tempo. Esses objetos não são formados apenas de volumes, mas de movimentos, cores, odores e sons. Desde séculos eles nos inspiram curiosidade e respeito e, na maioria das vezes, sua composição ou arranjo nos têm sido motivo de prazer. Temo-los recriados em nossa imaginação e pensado neles como elementos de uma idéia a que chamamos de paisagem.” (BLEY, 1996: 121)

Na intenção de uma melhor compreensão do problema em discussão (a poluição visual), é que se torna necessário o fato deste estudo se reportar à explanação do conceito de paisagem e seu conteúdo etimológico. De acordo com BLEY (1996: 121):

“No grego, a palavra utilizada para indicar paisagem é a mesma que indica país, compreendido como espaço e não como divisão político-administrativa. No latim clássico não se conhece termo correspondente ao do nosso vernáculo.

Embora no latim não houvesse um vocábulo único para indicar a idéia de paisagem, nas línguas neolatinas vamos encontrar essa palavra, até mesmo na língua portuguesa.

Vocábulos etimologicamente bem próximos da palavra que usamos em português estão presentes no espanhol, no italiano e no francês.

Segundo Buarque de Holanda (1975: 1027), os lexicógrafos “faz pouco mais que mutuamente se copiarem quanto a vocábulos e seus significados”, “e essa afirmação fica clara na sua explicação do vocábulo paisagem: espaço de terreno que se abrange num lance de vista”. Caldas Aulete (1970: 2638) registrou paisagem como “vista do campo; toda a parte descortinada do lugar onde estamos; panorama, vista” e classifica etimologicamente o vocábulo como proveniente do francês **paysage**. Esta mesma afirmação aparece em antiga enciclopédia portuguesa (S/d: 520), onde paisagem é “extensão que se abrange num lance de vista”, noção possivelmente inspirada em Littré.

Assim, os lexicógrafos, nas línguas neolatinas, têm explicado paisagem algumas vezes como um espaço regional e outras com conotação ligada à Arte. Quando a traduzem como espaço regional, vinculam-na à natureza, ignorando a ação humana.

Os geógrafos têm proposto várias concepções para o termo paisagem. Já em 1939, Hartshorne (1939: 350) consagrou um capítulo inteiro de seu trabalho **Nature of Geography** a uma análise comparativa do significado dos vocábulos alemão **Landschaft**, do inglês **landscape** e do francês **paysage**. Segundo o geógrafo, havia, na época de seu estudo, total falta de clareza quanto ao significado desses vocábulos, mesmo se levada em conta sua importância nos textos geográficos. Ele atribuiu o problema a uma questão de significado e não a mero acidente de tradução.

Para uns, o termo paisagem significa a expressão concreta de uma área, isto é, os objetos materiais; para outros, o termo é sinônimo de área.

Para esclarecer o significado de **Landschaft**, Hartshorne (1939: 331) cita autores alemães, para quem o vocábulo envolve algo místico. Humbolt o aplicou no sentido das características estéticas de uma área, enquanto Waibel explica o significado comum de **Landschaft** como porção da face da Terra e do céu, contida em nosso campo visual, a partir de um ponto de vista. Assim, o termo pode também ser aplicado como sinônimo de região.

Em teoria, o termo **landscape** é, obviamente, tradução do alemão **Landschaft**, podendo ser considerado sinônimo de **region**. Dessa forma, seria aplicado com relação aos elementos materiais ou físicos, e para os culturais e percebidos poderia, segundo Hartshorne, ser usada a expressão **landscape sensation**. Mas o termo não tem apenas esses dois significados, mas muitas variações entre geógrafos ingleses e norte-americanos. Na verdade, a confusão discutida por Hartshorne está presente em muitos trabalhos de

geógrafos, sendo o termo utilizado com diferentes significados de acordo com a natureza do trabalho: geomorfologia, biogeografia, geografia agrária etc.

Para Hartshorne, o termo francês **paysage**, pelo menos aparentemente, permite o duplo significado. É desse vocábulo, com esse significado abrangente, que se origina a nossa palavra paisagem, como afirmam os lexicógrafos.

Ao reconciliar-se com uma tradição que remonta ao final do século XIX, os geógrafos vêm, atualmente, recolocando a análise de paisagens entre suas preocupações predominantes. As descrições da paisagem e sua análise minuciosa voltam agora ao ponto central da ciência geográfica, embora com outras concepções e outras abordagens que não mais aquelas do passado.

Não é difícil verificar essa assertiva, basta simplesmente consultar periódicos conhecidos e respeitados, de divulgação de trabalhos de Geografia, que deparamos com vários estudos de paisagem. Esse retorno ao estudo de problemas que envolvem a noção de paisagem não está, pelo tratamento que dão os autores, vinculado a um ou outro dos atuais paradigmas da ciência geográfica adotados pelos pesquisadores.

Desde o **Tableau Geographique de la France**, escrito por La Blache (1905: 3 – 8) no início do século XX, em muitos estudos a paisagem foi abordada isoladamente, escapando a qualquer sistematização. A existência de estruturas próprias à paisagem em geral, ou a parte dela, era ignorada e, por vezes, até negada.

La Blache concebeu o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando um conjunto de técnicas e costumes que denominou gênero de vida. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida, daí a idéia de que a paisagem devia confundir-se com a região, isto é, a área de determinado grupo humano. Na compreensão do pensamento vidaliano, podemos considerar sinônimos os termos paisagem e região.

Todavia foi Rougerie (1971: 7 – 8) quem estabeleceu a relação mais íntima entre paisagem e Geografia, quando define a Geografia como estudo das paisagens. O geógrafo francês considera que “como a Geografia consiste em localizar fatos, em apreender diferenciações do espaço terrestre e em comparar conjuntos desvendando seu dinamismo interno e suas relações recíprocas”, o âmago da ciência geográfica é “a expressão material de tais diferenciações: as paisagens”. Para o autor, a paisagem constitui um todo, mas suas interações e relações causais deverão ser clareadas uma a uma. Assim, de certa forma, propõe o desdobramento da paisagem em componentes. Esboça, também,

restrições nas relações entre paisagem e Geografia no caso do estudo socioeconômico dos agrupamentos humanos, que considera dificilmente redutíveis à noção de paisagem.

Outro grande geógrafo francês, George (1973: 20), atenua as relações entre Geografia e paisagem, quando afirma que a paisagem é “objeto essencial da curiosidade e dos estudos geográficos”. Ao analisar o procedimento geográfico da observação do espaço, do visível e do invisível, considera que a paisagem é, por excelência, do visível. A paisagem é, portanto “uma resultante de legados ou de forças atuais ou do passado...”.

Outro estudioso francês, Dollfus (1975: 11), inicia um ensaio sobre a análise geográfica pela noção de paisagem, afirmando que “em um primeiro passo, o geógrafo encontra-se em face da paisagem, que é o aspecto visível, diretamente perceptível do espaço”. Em um artigo em que analisam o conceito de paisagem, Bertrand e Dollfus (1973: 161) consideram que, embora muitas e variadas definições de geografia tenham tomado a paisagem como denominador comum, com poucas exceções têm faltado o essencial: a conceituação do objeto e um método de tratamento específico. Apontam como uma das causas dessa ausência a complexidade e o caráter heterogêneo dos componentes das diferentes paisagens. Assim, segundo esses autores, só recentemente a paisagem passou a ser objeto de pesquisa própria, graças a uma conjunção de dados científicos, alguns deles exteriores à ciência geográfica.

Outra forma de entender a paisagem é considerá-la em suas inter-relações com a sociedade, isto é, em seus aspectos sociais, históricos, políticos, culturais etc.

Ao comentar a visão de paisagem de J. B. Jackson, Zube (1970: 5) afirma que se deve olhar as paisagens com a perspectiva da História, “como reflexo de valores sociais e padrões culturais, como expressão da maneira de viver, como paisagem social e política”. O prisma deve ser o que define o homem como parte da paisagem, não distante dela, a paisagem é assim humanizada. Essa posição transcende ao interesse pelos estudos das relações entre o homem e o meio ambiente e propõe o estudo das “relações do homem com o mundo e do homem com o homem” por meio da análise das paisagens.

Essa definição de paisagem está voltada para o que se poderia chamar paisagem social. Essa é a posição de Santos (1982: 37): “tudo isto são paisagens” diz o geógrafo ao referir-se a diferentes espaços como uma região produtora de café, uma cidade, um centro urbano etc., e continua: “o seu traço comum é ser a combinação de objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais e ser o resultado da acumulação da atividade de muitas gerações”. Assim, não nega os “objetos naturais”, os componentes da natureza, mas os coloca em relação de igualdade com “objetos sociais” e define a paisagem como

resultante de um histórico. Esse processo é considerado relevante na caracterização da paisagem, situação que se evidencia na afirmação do mesmo autor: “A paisagem nada tem de fixo, de imóvel, cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança... a paisagem se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade.”

Outra linha de pensamento define a paisagem a partir da consideração de um espaço subjetivo, sentido e vivido, um espaço de cada ser humano, um espaço individualizado. Esse é o caminho atualmente preferido por arquitetos, psicólogos, sociólogos e, cada vez mais, por geógrafos. Em geral, os autores vêm trabalhando mais pela solução de problemas de reestruturação da paisagem cotidiana a partir da análise da conduta de indivíduos e de coletividades.

Para Collot (1986: 211), não se pode falar de paisagem a não ser a partir de sua percepção. Para esse geógrafo, diferentemente de outras entidades espaciais construídas por intermédio de um sistema científico e simbólico como o mapa, ou sócio-cultural como o território, a paisagem se define como um espaço percebido. Essa percepção se distingue das construções e símbolos elaborados a partir dela e exige outros métodos de análise. Na percepção da paisagem, o sujeito não se limita a receber passivamente os dados sensoriais, mas os organiza para lhes dar um sentido. A paisagem percebida é, portanto, também construída e simbólica.

As definições de paisagem percebida, segundo Collot (1986: 212), nos remetem a três elementos essenciais: a idéia de ponto de vista, a de parte e a de unidade ou conjunto.

A paisagem é definida em função do ponto de vista de onde ela é observada, isso supõe como condição de existência da paisagem a atividade de um sujeito. Dessa pressuposição, poderíamos chegar a uma definição simplista: paisagem é tudo o que se vê. No entanto, esta seria, certamente, uma definição incompleta, porque, entre outras falhas, não inclui uma noção indissociável à paisagem: a da distância. A grandes distâncias a paisagem se ameniza com a diminuição de elementos que a compõem e, além do espaço que os olhos podem perceber, desaparece. A noção de escala é, portanto, inseparável da noção de paisagem. Há um limiar mínimo e um máximo na percepção da paisagem, possível de ser calculado precisamente em termos de distância.

A paisagem também não é simples objeto em face do qual o sujeito se situa em relação de exterioridade. Nela sujeito e objeto são inseparáveis, não somente porque o objeto espacial é constituído pelo sujeito, mas, também, porque o sujeito está envolvido pela paisagem. Em outras palavras, o sujeito está dentro da paisagem.”

Tendo a paisagem como objeto de pesquisa deste estudo, a degradação da mesma seria então a questão a ser resolvida por esta proposta.

Os efeitos significativos da atual condição de degradação da qualidade da paisagem têm como causa muitos motivos que serão expostos e discutidos ao longo deste estudo.

Num processo de análise partindo da causa para os efeitos, abordando do princípio às conseqüências, este estudo procurará expressar visualmente a constatação dos fatos.

Com a preocupação voltada aos efeitos poluidores da condição atual de degradação da qualidade da paisagem, levantam-se, de maneira supostamente admissível, hipóteses como possíveis justificações ao referente problema. A primeira hipótese se estrutura no fato da possível inexistência de lei municipal sobre o tema (a poluição visual). A hipótese de número dois argumenta-se no fato da existência de uma lei que provavelmente seja incapaz de impedir a poluição visual.

Independentemente do fato da suposta responsabilidade dos efeitos poluidores estarem relacionados à primeira ou à segunda hipótese, o fato maior é que ambas as hipóteses caminham direcionadas num mesmo sentido, ou seja, o da indevida conscientização das pessoas diante do mal que este problema pode provocar.

Tendo esta dissertação o procedimento monográfico de um estudo de caso referente ao município de Rio Claro (SP), a procura por evidências que constatem a existência de elementos, agentes ou ações na paisagem que desqualifiquem a sua condição visual se restringirá à área do território municipal, principalmente às áreas urbanas de maior fluxo de pessoas e de veículos.

De acordo com LAKATOS e MARCONI (1985), as técnicas de pesquisa a serem empregadas neste estudo nada mais são que um conjunto essencial de processos e princípios lógicos que deverão ser seguidos para a necessária investigação e coerente execução do trabalho.

A parte prática da coleta de dados dar-se-á num primeiro momento por meio de observação direta do pesquisador à paisagem. Através de diferentes meios de locomoção, a pé, de bicicleta e mesmo motorizado, o pesquisador procurará se

atentar aos elementos, agentes e ações que supostamente possam vir a evidenciar discordâncias ou abusividades no cenário urbano ou rural. A necessidade do reconhecimento da área de estudo através de diferentes meios de locomoção justifica-se no fato das diferentes velocidades imprimidas por cada um desses meios. A velocidade, alta ou baixa, pode fazer com que certas coisas passem despercebidas pelos olhos daqueles que transitam pelos locais. Precauções como essas precisam ser tomadas para que se minimizem os riscos de erros em relação à maneira de abordar o problema.

Transcorrida essa primeira ação por parte do pesquisador, o mesmo num segundo momento voltaria às ruas, só que agora de posse de uma câmera fotográfica. No intuito de apresentar um material que se fará de argumento de fundamental relevância para explanações e discussões posteriores, o pesquisador buscará expressar claramente através de fotografias a constatação de desconformidades ou abusividades que evidenciem a suposta degradação da paisagem.

Com base nas palavras de LAKATOS e MARCONI (1985), a observação visual utiliza o sentido da visão para a obtenção de determinado aspecto da realidade. Não consiste apenas em ver, mas também em analisar com atenção e minúcia, isto é, pensar sobre fatos e fenômenos que se desejam estudar.

O conceito de fenômeno é definido por GOMES (1996) como sendo “aquilo que nos aparece pela percepção, seu conhecimento depende do entendimento humano, definido ao mesmo tempo pela forma de sensibilidade e pela forma de inteligência. O conhecimento é, portanto, função da intuição sensível e das categorias gerais de conhecimento frente à diversidade fenomenal. O fenômeno é a parte inteligível de uma experiência ao mesmo tempo sensível e racional.”

Com base nas palavras de RIO e OLIVEIRA (1996), “os estudos de percepção ambiental identificam-se com o estruturalismo ou a fenomenologia, correntes de fundamento filosófico distintas. O estruturalismo entende a realidade como um conjunto de sistemas cujas estruturas são reconhecíveis e onde qualquer alteração sofrida por uma parte tenderá a se refletir no todo, admitindo-se relações causa-efeito. Já para a fenomenologia, ela se revela como um complexo conjunto

de fenômenos que, embora também admita correlações, é incomensurável e, portanto, impossível de se verificar pelas relações diretas de causa-efeito e de ser compreendida em sua plenitude.”

De acordo com as novas tendências das definições do conceito de paisagem é que o pesquisador precisa se manter capacitado para interagir em seu meio. Sentindo-se sujeito e, portanto, parte integrante da própria paisagem, terá o intento de entender as diferentes maneiras como as pessoas percebem o meio ambiente.

Com as preocupações voltadas em se desenvolver racionalmente e em aflorar a capacidade perceptiva através da intuição é que o pesquisador procurará nos estudos da geografia humanística, em especial aos textos de percepção ambiental, se tornar apto a apresentar uma proposta viável e coerente que venha a contribuir com a possível melhora da qualidade visual da paisagem.

De acordo com as palavras de CORRÊA (1995), a Geografia Humanística ou Geografia Humana e Cultural surgiu no século XX no final da década de 70 e início da década de 80. Tida como crítica à geografia de cunho lógico-positivista, ela retomava a matriz historicista que caracterizava as correntes possibilista e cultural da Geografia Tradicional.

Segundo CHRISTOFOLETTI (1982), a Geografia Humanística refletia sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição. Ela procurava uma compreensão do mundo através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do comportamento delas bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço geográfico. A abordagem humanística em Geografia encontra sustentabilidade nos estudos realizados e desenvolvidos por Yi-Fu Tuan.

Segundo TUAN (1980,1983), “as pessoas se comportam no mundo real não a partir de um conhecimento objetivo deste mundo, mas com base nas imagens subjetivas dele.”

Tuan criou o conceito de topofilia, elo afetivo entre o sujeito e o objeto, entre a pessoa e o lugar. Para ele, as concepções de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra, mas, “o que se inicia como espaço indiferenciado vai adquirindo o estatuto de lugar à medida que o conhecemos mais intimamente, isto

é, quando o dotamos de valor ou lhe conferimos significado. Os lugares são, portanto, núcleos de valor que atraem ou repelem em graus variados os indivíduos e os grupos.” (WANDERLEY e MENÊZES, 1996)

“A importância da psicologia aplicada ao espaço estuda a relevância do significado de lugar (sempre percebido como único e repleto de valores e significados), muito diferente da conceituação de espaço (local que não se apresenta mais do que como significados funcionais e destituídos de sentimentos).” (RIO e OLIVEIRA, 1996).

Segundo CORRÊA (1995), a noção de espaço vivido (lugar) conceituado por Tuan foi extraída da geografia francesa, com raízes vinculadas à psicologia genética de Piaget.

Baseado nas palavras de CHRISTOFOLETTI (1982), Tuan em seus estudos, preocupado em verificar a apreensão das essências pela percepção intuitiva das pessoas, procurava valorizar as experiências do indivíduo e do grupo de pessoas ao qual se inseria para compreender o comportamento humano em relação aos seus lugares. Afirmava que para cada indivíduo existia uma visão de mundo que se expressava através de suas atitudes e valores para com o seu meio circundante.

“Os conceitos da percepção do meio ambiente podem ser encarados como concepções que rompem e suplantam a visão da geografia clássica, onde o homem ficava separado da natureza e, conseqüentemente, a realidade era apresentada sob dois ângulos: paisagem natural e paisagem sócio-cultural.” (WANDERLEY e MENÊZES, 1996)

Baseado nas palavras de RIO e OLIVEIRA (1996), “embora o estudo da percepção ambiental ainda esteja comumente situado dentro do campo da psicologia, ele tem se desenvolvido principalmente pelas pesquisas em outros campos. Disciplinas como a arquitetura, o urbanismo e a geografia souberam compreender rapidamente a importância da psicologia aplicada ao espaço, tanto pelo estudo da percepção como pelo comportamento humano.

É necessário destacar que o conceito de percepção é o mais amplo possível, a exemplo do que vem sendo usualmente adotado pela maioria dos pesquisadores ambientais. A psicologia situaria nossas preocupações dentro do escopo da

cognição: processo mental mediante o qual, a partir do interesse e da necessidade, estruturamos e organizamos nossa interface com a realidade e o mundo, selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significado.”

KOHLSDORF (1996) entende que “é necessário reconhecermos o fato da percepção ser parte integrante de qualquer processo de conhecimento. No caso da cidade, ela é abordada segundo sua componente visual (apesar de ocorrer pela síntese de todos os sistemas sensoriais), porque a noção de espaço processa-se a partir de sua forma física, que é percebida determinantemente pela visão.”

Com a convicção adquirida em relação ao potencial da contribuição dos estudos em percepção ambiental para a devida sustentabilidade do trabalho, neste momento as ações se voltam ao resgate da capacidade peculiar de observação, o prestar atenção nas coisas, para que através da ilustração de fotografias do problema em questão e posterior análise integrada dos dados obtidos, a dissertação possa se fundamentar em real argumento para se fazer numa possível proposta de combate ao atual grau degenerativo do estágio qualitativo em que se encontra a paisagem.

VII - Análise e Interpretação do Problema

As observações realizadas se expressam agora em forma dessas ilustrações. A ênfase às constatações tem o intuito de uma melhor elucidação do problema para posterior análise e interpretação.

Por falta de informação, uma análise precipitada pode se constituir em uma interpretação equivocada. Na intenção de se obter a devida coerência quanto à maneira de proceder é que se faz necessário para um adequado esclarecimento a definição do conceito de cultura.

De acordo com as palavras de BRANCO (1996), “existem dois significados distintos para a palavra cultura. O mais corriqueiro é ilustração, erudição, acúmulo de conhecimentos. No outro significado, mais abrangente, cultura é o conjunto de aptidões peculiares de uma raça ou sociedade.

O índio de uma determinada tribo, por exemplo, pode possuir nenhuma erudição, conhecimento científico ou humanístico e certamente será analfabeto. Mas ele possui uma cultura típica da raça, da qual faz parte a fabricação de arcos, flechas, canoas, cestos e cerâmicas; o cultivo de milho e mandioca; o preparo de alimentos, tudo segundo um padrão definido, característico de sua raça e que pode ser distinguido dos padrões seguidos por uma outra tribo ou raça. Cada uma delas possui a sua própria cultura.

A cultura é o que caracteriza, portanto, o modo de ser, de viver, de se relacionar, de se comportar de determinada sociedade. Ao mesmo tempo ela é uma herança histórica, que vai sendo aprimorada a cada nova geração. Nesse sentido costuma-se dizer que o homem é a única espécie de ser vivo que possui história: a evolução de seus costumes.

A cultura é o que melhor define a nacionalidade de cada povo. É bem verdade que, com o progresso das comunicações, a cultura de cada nação vem sendo “poluída” pela cultura vinda de outros povos. Assim, há a tendência de o idioma (que é um dos caracteres culturais mais importantes) ser formado pela introdução de termos estrangeiros; de a alimentação típica ser modificada ou

substituída pela introdução de pratos alienígenas; e de a influência industrial alterar completamente os costumes de uma nação.”

Ainda sobre cultura, MAGOSSI e BONACELLA (1996) comentam que “o conjunto dos hábitos, costumes, tabus, idioma, habilidades específicas, pratos típicos, vestuário etc. constitui o ambiente cultural de uma sociedade. O homem é, pois, o único ser que, além do ambiente físico, químico e biológico, possui também um ambiente cultural (o ambiente humano evolui, ele não é fixo, instintivo ou imutável). A evolução cultural não é fruto de transformações naturais.”

De acordo com as palavras de TUAN (1983), “a cultura é desenvolvida unicamente pelos seres humanos. Ela influencia intensamente o comportamento e os valores humanos.”

Nutrido das informações devidas é que o homem deve demonstrar respeito às mais variadas culturas e compreendê-las, indistintamente, segundo os próprios valores e conceitos pertinentes a elas. Por isso, quando se pensa em paisagem, além dos aspectos plásticos, devem também ser considerados os aspectos culturais.

Em contato com as coisas que acontecem no mundo é que o homem precisa desenvolver a sua capacidade de se contextualizar e ao se inserir em seu próprio meio, reconhecer seus próprios valores e reconstruir as pertinências que caracterizam a sua própria identidade cultural. Isso é o que os estudiosos chamam de pensar globalmente e agir localmente. É o brasileiro ligado aos acontecimentos mundiais, mas propondo-se de maneira peculiar a resolver os próprios problemas do Brasil.

Muitos dos centros urbanos das grandes e médias cidades parecem estar padecendo de excessos: são sons em exagero, ilhas de calor, substâncias químicas em demasia, fluxos intensos no trânsito de veículos e de pessoas e, como se não bastasse, uma supercarga de informes visuais.

Muitas dessas cidades não apresentam os 12m² de área verde por habitante, índice fixado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e segundo a mesma, imprescindível para a boa qualidade do ar. Devido à falta do verde, as áreas urbanas destas cidades parecem estar matizadas apenas pelas possíveis gradações do cinza, onde que por sinal de ironia, parece caber à publicidade a função de colorir de maneira viçosa as ruas e avenidas, insuflando-lhes nova vida.

Desta forma é que a exposição do problema deste estudo iniciava-se com aquela que talvez evidencie uma das maiores polêmicas existentes quanto às questões relativas à ordem estética.



Fonte: autor, 2000.

Numa das principais ruas de comércio da zona central (Foto 01 – esquina da rua 01 com a avenida 10), evidenciava-se o contraste de cores berrantes de uma casa

comercial; além é claro, da pichação que numa outra tonalidade de cor, vem a colorir ainda mais o ambiente.

Nas últimas décadas, a pressão da esfera comercial, resultante da livre competitividade da economia de mercado, fez com que cartazes, anúncios e placas reproduzissem-se sem nenhuma organização aparente, gerando assim, o que este estudo se propõe a chamar de poluição visual.

Nesta livre competitividade comercial, a indústria publicitária se instaurou e de forma marcante assumiu o papel de domínio sobre as circunstâncias do espaço geográfico urbano. Através da articulação e disposição de elementos distintivos, relacionando intensamente cor e imagem, criou a necessidade perceptiva de resposta imediata por parte do observador.

De acordo com CARTER (1996), “a consciência da imagem de certos elementos na cidade, deve estar estreitamente relacionada às características específicas ou incomuns que geram uma resposta imediata (percepção de resposta).

Através do uso de cores e desenhos característicos, pelo emprego de imagens sexuais ou estabelecendo reflexos condicionados para facilmente fixar seus slogans, o papel da indústria publicitária é o de criar este tipo de resposta.”

Evidenciam-se a seguir, outras ilustrações que expressam o intuito da indústria publicitária:



Fonte: autor, 2000.

Foto 02 - (rua 08, entre as avenidas 16 e 18, Santana) Evidencia-se nessa foto, o contraste de cores proporcionado pelas publicidades comerciais.



Fonte: autor, 2003.

Foto 03 – (próximo à avenida Visconde do Rio Claro) A quantidade excessiva da publicidade colorida de uma rede de fast-food.



Fonte: autor, 2000.

Foto 04 – (rua 02, entre as avenidas 01 e 02) Outro exemplo contrastante de cores de uma casa comercial no centro da cidade. Ao fundo, sobre a mesma calçada, quase que de forma imperceptível, uma placa indicativa de trânsito.

Segundo FERRARA (1996), “ a percepção ambiental visual ocupa-se da constatação da imagem urbana, flagrando-a nos seus elementos distintivos: cores, formas, texturas, volumes, limites e localização. Sua objetividade é proporcional à familiaridade com que se desenvolve a relação diária do indivíduo com aquela imagem, ou seja, é mais ou menos distinta e percebida quanto maior ou mais intenso for o uso ambiental que ela assinala.”

Assim como se constata na fotografia 03, símbolos deram formas visuais às idéias. A indústria publicitária tem desenvolvido linguagens e símbolos próprios que visam a associação entre eles e o que eles propõem. Com relação à questão da escassez de tempo, a eficiência na transmissão da mensagem dar-se-á pela fixação de marcas. O nome curto para estes símbolos é “logos” (originário do grego, “logos” significa a palavra ou o caminho).

Cores como todas essas, expressas nessas ilustrações, podem até contracenar um mesmo ambiente, mas para melhor análise é de relevante necessidade o ato de se reportar ao significado do termo ordem estética e notar que esta expressão se refere à harmonia e ao equilíbrio das formas, dos contornos, das cores etc. É na intenção de se estabelecer critérios que criem na cidade uma lei de zoneamento quanto à questão da publicidade que não se pode ser complacente apenas aos interesses maiores do capital, resistindo assim para que certos cenários urbanos não sejam vistos como tão somente verdadeiro “show-room” exposto a céu aberto.

Outro problema muito sério que vem a ocasionar o que esse estudo se propõe a chamar de poluição visual se diz respeito ao excesso de informações, sejam elas publicitárias ou não.

Certas áreas da cidade e principalmente seu centro urbano, não têm mais a capacidade de suportar e absorver tantos informes, que em quantidade e em tamanho vem crescendo a cada dia que passa.

O acúmulo de todos esses excessos visuais acaba por dificultar a absorção e o entendimento dos informes necessários e úteis para o deslocamento e para a boa fluência tanto do trânsito de veículos quanto do de pedestres.



Fonte: autor, 2003.

Foto 05 – (rua 01, zona central) Propaganda publicitária expressa na traseira de ônibus.

Os abusos visuais expressos no centro da cidade chegaram a tanto que não se limitam mais às propagandas publicitárias colocadas próximas a cruzamentos de avenidas, eles estampam agora as traseiras dos ônibus, veiculando como verdadeiros outdoors ambulantes.



Fonte: autor, 2004.

Foto 06 – (avenida 01, entre as ruas 02 e 03, Centro)

Os excessos publicitários expressos nesta ilustração são tantos que corre o risco do motorista, num período de fluxo mais intenso, devido ao aspecto multicolorido das casas comerciais, ter dificuldade de se informar em relação às placas de trânsito, não as visualizando.

A ilustração a seguir denota os excessos visuais presentes no cenário do centro urbano da cidade:



Fonte: autor, 2004.

Foto 07 – (avenida 01, entre as ruas 04 e 05, Centro)

De acordo com a AGENDA 21 LOCAL, São Paulo (1997): “O excesso de mensagens causa desgaste físico e não atinge o objetivo de comunicação com o usuário das vias, pois o intervalo entre um estímulo e outro é tão pequeno que o tempo de exposição fica abaixo do limiar de percepção e as mensagens não são recebidas. A saturação as transforma em veículos inócuos, servindo apenas à poluição visual desta paisagem, sem conseguir funcionar como meio de transmissão de conteúdo.

O desgaste decorrente desses estímulos excessivos prejudica o bem estar físico e mental da população, assim como os ruídos ou estímulos dos demais sentidos prejudicam o equilíbrio psicológico do indivíduo.”

Parece ser óbvio perceber que quanto menor o tempo gasto observando qualquer fonte de distração, menor será o risco de perder algum dado importante da observação como motorista. Décimos de segundos podem ser muito em certas circunstâncias no trânsito. Apelos visuais excessivos podem distrair a atenção do motorista e fazer com que ele se desvie de sua tarefa de conduzir seu veículo com plena segurança.

A Lei Federal nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, procurou impedir que a colocação de cartazes pudesse interferir nas condições de segurança das vias públicas. O art. 81 preceitua que “nas vias públicas e nos imóveis é proibido colocar luzes, publicidade, inscrições, vegetação e mobiliário que possam gerar confusão, interferir na visibilidade da sinalização e comprometer a segurança do trânsito.” O art. 84 desta mesma lei determina que “o órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá retirar ou determinar a imediata retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, com ônus para quem o tenha colocado”.

Um tipo específico de poluição visual é a luminosa. À primeira vista pode não parecer, mas ela existe e, em excesso, pode causar alguns prejuízos. A iluminação publicitária dos centros urbanos é feita de uma maneira tal que pode causar desperdício de energia. Esse tipo de iluminação pode diminuir a transparência da atmosfera, prejudicando a visão do céu noturno e atrapalhando o sono das pessoas que moram em frente dos luminosos.



Fonte: autor, 2004.

Foto 08 – (esquina da avenida 01 com a rua 06, Centro)

A multiplicidade de luminosos nas fachadas das casas comerciais se não estiverem restritamente bem localizados, de acordo com certas especificações, podem através de seu efeito acintoso, prejudicar a visibilidade dos motoristas, atordoando-os. A comunicação visual através do excesso de luzes, pode ultrapassar seus próprios limites de tolerância, podendo vir a causar um espaço de difícil compreensão.



Fonte: autor, 2000.

Foto 09 – (esquina da avenida 03 com a rua 05, Centro) Evidencia-se nesta ilustração, além de um excesso de informações, um aspecto multicolor do ambiente.

De acordo com as palavras de YAMAMOTO e outros (1989), “grandes luminosos coloridos, elementos brilhantes, prendem os olhos dos cidadãos distraídos e absorvendo a cor do sinal de trânsito, transforma a travessia do semáforo num verdadeiro jogo de adivinhação.”

A Lei Federal nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) também pode fazer restrição a anúncios que contenham “mensagens pornográficas ou obscenas”, que, se são proibidas em capas de revistas e publicações, também serão em publicidade externa de grande visibilidade. Essa vedação está prevista também no art. 78 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Cartazes e painéis de propaganda de calcinhas, cuecas e de modelos em trajes sumários podem constituir em um risco a mais na segurança do trânsito para quem está com a libido à flor da pele; portanto, estes anúncios mais apelativos têm que ficar em locais mais discretos para não distrair os motoristas.



Fonte: autor, 2004.

Foto 10 – (esquina da rua 08 com a avenida 10, Santana) Entre vários informes publicitários próximos à via pública, nota-se um mais apelativo referente a uma revista masculina.

A sociedade atual não pode existir sem as indústrias. Talvez fosse possível, porém, conter o ritmo descontrolado de seu crescimento, se o homem moderno conseguisse abandonar o consumismo que o caracteriza.

O consumismo é um processo eticamente condenável, pois faz com que as pessoas comprem mais coisas do que realmente necessitam. Através de sistemas complexos de propaganda, que envolvem sutilezas psicológicas e recursos espetaculares; industriais e produtores em geral convencem a população a adquirir sempre os novos modelos de carros, geladeiras, relógios, calculadoras e outras utilidades, lançando fora os que já possuíam. Esse processo garante aos fabricantes uma venda muito maior de seus produtos, permitindo a ampliação contínua das instalações.

O consumismo não gera apenas os impactos ambientais decorrentes da necessidade crescente de energia e do próprio processo industrial, mas é causa de outro grave problema: o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, isto é, aqueles que uma vez consumidos não podem ser novamente repostos, como por exemplo, o petróleo e os minérios em geral.

O consumismo engendrou dentro de seu próprio mecanismo de reprodução um considerável número de pessoas que trabalham com a divulgação e propaganda dos produtos no mercado. A essas pessoas cabem a função de criar, planejar, executar e veicular mensagens que têm o intento de divulgar suas mercadorias.

A legislação municipal controla o uso do solo urbano e os cartazes, os anúncios, os painéis, as faixas, os outdoors, “como atividade geradora de empregos, não pode mais ser ignorada, mera e simplesmente proibida, em busca da total preservação da paisagem. É preciso definir o papel da Administração Pública como gerenciadora desse conflito entre a exploração dessa visibilidade disponível e a preservação da paisagem urbana.” (AGENDA 21 LOCAL, São Paulo, 1997)

A fixação de marcas e símbolos através dos outdoors, exemplo nas médias e grandes cidades do meio de comunicação do século XXI, devido à escassez de tempo, deve ser revisto. Sendo ele um meio de comunicação que participa diretamente da paisagem urbana (e conseqüentemente no cotidiano das pessoas) e com as proporções ampliadas que possui, o outdoor está sempre diretamente relacionado com o conceito de impacto ambiental.

Evidencia-se a seguir, a projeção de outdoors ao longo de vias de alto fluxo na malha urbana viária.



Fonte: autor, 2003.

Foto 11 – (rua 14, próximo ao balão com avenida Visconde do Rio Claro)

“Ser visível na paisagem urbana significa utilizar-se de um meio de comunicação poderoso que pode atingir um número grande de usuários com poucas horas de exposição.” (AGENDA 21 LOCAL, São Paulo, 1997)



Fonte: autor, 2004.

Foto 12 – (esquina da avenida 32 com a rua 24, Vila Aparecida)

A imensa maioria dos outdoors está instalada no período urbano dos municípios; na zona rural, em geral, encontram-se apenas aqueles localizados na margem do leito das rodovias. Quando instalados nas rodovias, os outdoors podem assumir ambas as funções: a de fixar a marca do anunciante através de símbolos, slogans e frases e a de indicar a localização do anunciante.

No estado de São Paulo, o Decreto-lei Estadual nº 13.626/43 previa, no parágrafo único do art. 8º, que “a colocação de anúncios, em terrenos adjacentes às estradas de rodagem estaduais, somente será permitida mediante prévia licença do

Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e deverá satisfazer às condições que forem estabelecidas em regulamento, relativas à distância, à localização, ao efeito estético, à visibilidade, à perspectiva panorâmica, à segurança da circulação e ao pagamento relativo a anúncios.”

Hoje, por conta das principais rodovias estaduais estarem passando pelo processo de concessão, as concessionárias também afirmam estarem desenvolvendo um conjunto de normas para reger a instalação de publicidade dentro da área de sua responsabilidade que se estende por um raio de 50m a partir do canteiro central da estrada.

De acordo com as palavras de TUAN (1980), “sabe-se que anúncios gigantescos, como os dos tempos modernos, empilhavam-se nos lados das ruas, bloqueavam as vistas e punha em perigo a vida das pessoas, desviando do caminho a atenção dos motoristas. Mesmo a Londres medieval teve que enfrentar problemas de uma propaganda ativa. Como nessa época as lojas eram inúmeras, muitos comerciantes usavam letreiros para chamar a atenção para os seus prédios. Os letreiros eram pendurados em varas projetadas, atravessando as ruas. A rivalidade comercial os estimulavam a fazê-los de tamanho enorme e deste modo, limitando ainda mais a largura das passagens que já haviam sido diminuídas pela invasão das lojas. Em 1375 foi decretado que o comprimento dos letreiros não podia exceder 2m.”

Analisando de forma etimológica o conceito “cartaz”, ele apresenta um significado genérico e abrangente. É tido como anúncio ou aviso de grande formato, próprio para afixação em ambientes amplos ou ao ar livre e que traz anúncio comercial ou de exposições, espetáculos etc., em geral com acentuação do aspecto visual.

Podendo ser considerado sinônimo de anúncio, este veículo de comunicação visual é feito através da combinação de elementos gráficos (desenhos, fotografias,

letreros, logotipos etc). Presente na paisagem visível de logradouro público, composto de área de exposição e estrutura, ele pode ser:

- a) indicativo: aquele que visa apenas identificar no próprio local da atividade os estabelecimentos e/ou os profissionais que dele fazem uso, podendo também ser composto de logomarca e referência a outras empresas fornecedoras, colaboradoras ou patrocinadoras;
- b) publicitário: é aquele destinado à veiculação de publicidade instalado fora do local onde se exerce a atividade.

A fachada de uma loja, por ser considerada o seu verdadeiro cartão de visitas, deve ser bem elaborada. A palavra-chave quando se fala em fachada de uma loja é comunicação.

Sendo a fachada a primeira referência física da loja para o público, cuidados como o de limpeza e de boa conservação, podem fazer dela a diferença, o ponto de desequilíbrio e transformar um pedestre, um motorista ou um passageiro, efetivamente, em um cliente.

Às vezes, alguns empreendedores envolvidos pelo entusiasmo de faturar um pouco mais, ao anunciar promoções especiais e descontos parciais de suas mercadorias, fazem uma verdadeira mixórdia nas fachadas de suas lojas. Estas formas de comunicação podem até contribuir positivamente para os negócios, mas precisam respeitar certos limites de tolerância.

O excesso de informações exposto nas fachadas das lojas prejudica a leitura por parte das pessoas, transmitindo-lhes uma idéia de desorganização. Fatos como estes, na análise deste estudo, são considerados exemplos de poluição visual.



Fonte: autor, 2003.

Foto 13 – (avenida 01, entre as ruas 02 e 03, Centro) Esta ilustração constata um aspecto multicolorido de um suceder de lojas de estreitas fachadas com excesso de publicidade e com mercadorias sendo expostas em locais inadequados.

Ao longo do período de observação à paisagem na malha urbana do município, foram vários os trechos encontrados em condição semelhante ao da fotografia número 13. No centro urbano, os trechos que apresentaram a maior quantidade de excessos visuais foram constatados na avenida 01 (entre as ruas 01 e 03 e entre a 04 e 06), na rua 02 (entre as avenidas 01 e 02), na rua 03 (entre as avenidas 02 e 08) e na rua 05 (entre as avenidas 01 e 03).

Os problemas dos excessos visuais nas fachadas das lojas nesses trechos do centro da cidade se agravam ainda mais em períodos específicos ao longo do

ano. Isso se dá principalmente no mês de dezembro, período que antecede as festas de confraternização de final de ano e também na semana que antecede as principais datas comemorativas como, por exemplo, o dia das mães. Nesses períodos, a Prefeitura Municipal concede aos proprietários das lojas um horário especial de funcionamento. Visando maiores lucros, os proprietários oferecem ao público, descontos e promoções especiais na intenção de seduzi-lo. Isso gera uma quantidade ainda maior de cartazes e anúncios.



Fonte: autor, 2000.

Foto 14 – (avenida 01, entre as ruas 01 e 02, Centro) Percebe-se ao fundo da foto, no mesmo lado da calçada dos luminosos, uma faixa em forma de bandeira

estendida sobre a via pública, acima da altura dos veículos, perpendicularmente ao alinhamento predial. Esta é uma maneira abusiva de explorar o espaço urbano.

Outro problema constatado que vem a somar junto com os demais na caracterização daquilo que este estudo se propõe a chamar de poluição visual é o fato do centro urbano da cidade ter suas vias públicas, ruas e avenidas, muito estreitas.

Segundo TUAN (1980), “em geral, as ruas medievais eram apertadas, tortuosas e fétidas. O calçamento em Londres estava restrito a pequenos trechos. Foi somente no século XV que importantes cidades como Southampton e Bristol, começaram a calçar suas ruas (não havia calçadas e a superfície da rua, quando pavimentada, era calçada com seixos).”

Para se ter uma idéia da estreiteza das vias públicas rio-clarenses, basta observar que todas elas no centro urbano têm o sentido único em relação ao trânsito de veículos e mesmo assim, tendo veículos estacionados dos dois lados da rua, só resta espaço para um veículo transitar por vez.

Sendo estreita a rua, proporcionalmente, também será estreita a calçada. Por isso mesmo que ambas, rua e calçada, não apresentam capacidade para absorver um alto fluxo tanto de veículos como de pessoas, respectivamente.

A grande concentração de casas comerciais, ou seja, o centro comercial da cidade, situa-se coincidentemente, sobre o centro urbano rio-clarense. Portanto, além da impactante disputa publicitária exposta ao longo das fachadas das edificações, a disputa entre carros, motos, bicicletas e pedestres também é significativa.

O centro urbano necessita, portanto, de um trânsito de veículos muito bem sinalizado, com placas indicativas dispostas coerentemente para permitir uma melhor fluidez sobre o leito carroçável. Uma boa sinalização não significa um excesso de placas indicativas de trânsito, caso constatado em alguns trechos do

centro, mas placas instaladas em devidos lugares apresentando boa visibilidade. Essas placas de trânsito no centro não se encontram em condição de boa visibilidade devido aos excessos visuais publicitários, portanto, uma coisa depende da outra.



Fonte: autor, 2003.

Foto 15 – (rua 03, entre as avenidas 04 e 06, Centro) O excesso de informes publicitários concorre com as placas indicativas de trânsito.

Problemas relacionados a vias estreitas e fluxos intensos não são questões urbanas recentes.

De acordo com as palavras de TUAN (1980), “na Londres medieval, a vendedora de maçãs ou a mulher das tortas instalavam suas barracas onde queriam, o vendedor de chapéus com várias caixas penduradas em uma vara colocada sobre seus ombros entupia a estreita rua.”

No atual estágio em que se encontra o centro urbano rio-clarense, se as avenidas e ruas necessitam de uma melhor fluência, as calçadas não se fazem de exceção. Tão bem quanto as necessidades das vias públicas, as calçadas precisam apresentar uma melhor condição para os pedestres.

A calçada por ser estreita não pode apresentar obstáculos. Nas observações realizadas foram constatadas em alguns trechos do centro urbano, lojas que equivocadamente colocam cartazes sobre a superfície das calçadas e outras que penduram faixas nas marquises de suas fachadas. As duas formas de anúncio ao tentar atingir seus objetivos se constituem em verdadeiros obstáculos a obstruir o livre acesso dos pedestres. Constatou-se também nas observações, lojistas que expõem suas mercadorias na calçada, local inapropriado para isso.



Fonte: autor, 2004.

Foto 16 – (rua 03, entre as avenidas 04 e 06, Centro) Evidencia-se claramente nesta ilustração uma faixa pendurada na marquise da loja. Esta é uma forma abusiva de explorar o espaço urbano.



Fonte: autor, 2004.

Foto 17 – (avenida 01, entre as ruas 01 e 02, Centro) Placa publicitária de considerável tamanho obstruindo a passagem de pedestres.



Fonte: autor, 2004.

Foto 18 – (avenida 01, entre as ruas 01 e 02, Centro) Constata-se a exposição de mercadorias em local inapropriado.

Uma questão considerável que vem a agravar ainda mais a situação é a presença de camelôs e vendedores ambulantes. Devido à saturação desses espaços urbanos, camelôs e ambulantes não cabem mais dentro deste contexto. A eles devem ser oferecidas áreas públicas de maior amplitude como, por exemplo, alguns espaços em praças e jardins.



Fonte: autor, 2000.

Foto 19 – (esquina da rua 03 com a avenida 04, Centro) Esta ilustração evidencia a saturação do cenário urbano numa disputa impactante entre apelos visuais e veículos.

Atualmente, no centro urbano, todo espaço parece estar sob a condição de venda. Em qualquer espaço se anuncia alguma coisa. No intuito de atingir o maior número de pessoas possível que, a cada dia, verão um determinado anúncio, todo espaço possível parece estar condicionado a valores econômicos.

Onde não há espaço, cria-se; se o espaço na altura padrão acabou, preenche-se mais um andar. Exemplo claro do que está sendo exposto é a tendência que se expressa nas ruas da cidade com o aparecimento daqueles

gigantescos anúncios publicitários que de forma perpendicular à disposição da via pública, ficam acima da altura dos veículos, sobre o leito das ruas e avenidas. Esses enormes letreiros apresentam uma novidade em relação aos outdoors tradicionais: ficam de frente para os motoristas, causando mais impacto.

Evidenciam-se a seguir, exemplos do caso acima citado:



Fonte: autor, 2004.

Foto 20 – (rua 08, entre as avenidas 22 e 24, Santana) Evidencia-se nesta ilustração uma abusiva forma de exploração do espaço urbano através desta nova tendência publicitária.



Fonte: autor, 2004.

Foto 21 – (avenida 03, entre as ruas 05 e 06, Centro) Outro exemplo abusivo da utilização do espaço urbano através desses gigantescos anúncios publicitários.

Um problema visual que está se tornando cada vez mais comum nas áreas urbanas é proveniente principalmente da grande quantidade de fios de alta tensão e de cabos telefônicos. O emaranhamento da profusão das redes aéreas que com seus fios e cabos de energia elétrica suspensos passando de um poste de iluminação pública a outro, impactuam ao dar a impressão de gigantescas teias de aranha.



Fonte: autor, 2003.

Foto 22 – (esquina entre a avenida Samambaia e a rua 09, Santana) Constata-se um visual aéreo poluído com o excesso de fiação.



Fonte: autor, 2000.

Foto 23 – (esquina da rua 08 com a avenida 08, Santana)

O desleixo dependendo das circunstâncias também pode ser outro responsável pela caracterização da poluição visual.

Evidencia-se na ilustração acima, o pouco caso e a negligência tanto por parte do proprietário do imóvel como da administração pública. O mau estado de conservação da edificação é evidente. Além da condição do imóvel, o passeio encontra-se em estado de desmazelo, dando ao cenário urbano a imagem de desconsolo e abandono.

Nem mesmo a árvore, que depois de uma drástica poda, agora ressurge com galhos e folhas verdes, juntamente com o mato da sarjeta e da calçada, se faz de exceção neste ambiente. É o puro reflexo do desprezo em uma rua de considerável fluxo que liga um bairro tradicional ao centro urbano.

“A cidadania é um exercício. Essa prática se alicerça na participação de uma comunidade às voltas com interesses coletivos.” (FERRARA, 1996: 76).



Fonte: autor, 2000.

Foto 24 – (esquina da avenida 20 com a rua 14B, Bela Vista)

Outro explícito exemplo de desprezo observa-se na ilustração acima. A falta de cuidado é tanto que o passeio não apresenta boas condições para uso.

O morador da residência é o responsável por oferecer aos pedestres um passeio em bom estado de conservação e limpeza assim como a Prefeitura Municipal é a responsável pelas mesmas condições em relação à rua.



Fonte: autor, 2000.

Foto 25 – (rua 06, entre as avenidas 05 e 07, Centro)

Evidencia-se nessa foto, numa das principais ruas de alto fluxo do centro urbano, um descuido dos órgãos competentes municipais. Existe mato na sarjeta da rua e a responsabilidade pela limpeza e conservação do local cabe à Prefeitura Municipal. Ser cidadão é cumprir com os seus deveres e exigir pelos seus direitos.

Uma das mais típicas imagens de degradação urbana e social é a presença do lixo a céu aberto. Além de causar poluição e reprodução de ratos e insetos, os lixões constituem atrativo degradante às populações de baixa renda, que aí procuram objetos úteis e até alimentos, a despeito dos enormes riscos sanitários envolvidos.

Segundo as palavras de TUAN (1980), “a questão do saneamento de Atenas é um assunto obscuro. Antes do quarto século provavelmente era mínimo. Os objetos e os lixos das piores espécies eram descuidadosamente lançados na rua sem aviso aos pedestres.”

Os incisos I e V do art. 30 da Constituição Federal estabelecem como atribuição municipal legislar sobre assuntos de interesse local, especialmente quanto à organização dos seus serviços públicos. Fica, portanto, definida claramente a competência do município quanto ao gerenciamento dos serviços de limpeza urbana, fato que tradicionalmente vem ocorrendo no Brasil.

A exposição indevida do lixo, além de provocar mau odor e degradar o espaço onde é lançado, provocando poluição visual, gera ainda outros incômodos à população, tais como, a atração de animais roedores, insetos e o entupimento de bueiros.

Num sistema democrático, na ação contínua da cidadania, os moradores precisam ter a consciência plena do cumprimento de seus deveres para que possam integralmente exigir pelos seus direitos. O respeito ao horário e ao local determinados para a colocação dos lixos domiciliares e comerciais, em frente às suas residências e aos seus estabelecimentos, respectivamente, é claro exemplo do cidadão conscientizado.



Fonte: autor, 2000.

Foto 26 – (praça entre a avenida Visconde do Rio Claro e a rua 06) Exposição de um amontoado de lixo em plena praça pública.

Segundo FERRARA (1996), “um espaço, onde haja lixo e sujeira, pode gerar agressão a todos os sentidos humanos, pois além de espelhar a imagem da cidade quanto ao seu estado de conservação, reflete também o orgulho cívico por aquele espaço, que se tornou descaracterizado e irreconhecível para o cidadão.”

O Código Eleitoral em seu art. 243, inc.VIII, determina que “não será tolerada propaganda que prejudique a higiene e a estética urbana ou contravenha a posturas municipais ou a outra qualquer restrição de direito.”

Apesar de existir lei que defenda a paisagem urbana dos efeitos das eleições, a invasão das propagandas políticas chega às cidades já no período pré-eleitoral e seus resquícios ficam muito além do dia da votação.



Fonte: autor, 2000.

Foto 27 – (esquina da rua 02 com a avenida 03, Centro)

Uma das formas mais explícitas de poluição visual é a pichação. Ato ou efeito de pichar muros e paredes através de “spray”, é uma manifestação recente na sociedade contemporânea, particularidade pertencente às últimas gerações.

“A atividade poluente acaba sendo uma apropriação pelo poluidor dos direitos de outrem.” (MACHADO, 2000: 322)

A pichação destoa o ambiente, ela é uma poluição por se constituir em um ato de invasão que deixa imprimido a marca do invasor em algo que não lhe pertence.



Fonte: autor, 2002.

Foto 28 – (esquina da rua 01 com a avenida 11, Centro)

O estudo aborda agora a questão da tendência à adesão a modismos publicitários em detrimento da valorização do patrimônio arquitetônico.

Em decorrência da falta de conscientização em relação ao patrimônio histórico-cultural e de um consenso generalizado em relação à ordem estética, a relevância da arquitetura das edificações é desprezada.

De acordo com as palavras de TUAN (1983), “a arte e a arquitetura buscam visibilidade, são tentativas de dar forma sensível aos estados de espírito, sentimentos e ritmos da vida diária.”



Fonte: autor, 2001.

Foto 29 – (esquina da rua 04 com a avenida 04, Centro) Painel metálico ocultando a arquitetura do prédio.

“Painéis metálicos dando uma falsa noção de modernidade aos edifícios, escondendo aspectos arquitetônicos que, se restaurados apresentariam, com certeza, beleza muito maior.” (CARTER, 1996)

As marquises, os toldos, os letreiros e os painéis metálicos, tidos como recursos decorativos, são instalados nas fachadas das edificações na intenção de despertar a atenção das pessoas, mas podem acabar por obstruir parte da

visualização do edifício e impedir a leitura da obra arquitetônica e sua valorização como elemento histórico na cidade.

A ação embrutecedora do crescimento desordenado e da competitividade exacerbada de apelos visuais publicitários, sem maiores preocupações com quesitos como coletividade e harmonia urbanística, acaba por gerar regiões mal conservadas.

O respeito pela arquitetura é o primeiro a ser desprezado quando a própria legislação não cria incentivos para que os proprietários valorizem seu patrimônio.

Evidencia-se a seguir, uma edificação de incontestável relevância arquitetônica sendo vítima da descaracterização e do desprezo.



Fonte: autor, 2000.

Foto 30 – (esquina da avenida 01 com a rua 06, Centro)



Fonte: autor, 2000.

Foto 31 – (esquina da avenida 03 com a rua 05, Centro)

“Uma loja pode freqüentemente ser apreendida na memória, só em termos da identidade de seu andar térreo ou da vitrine que se exhibe ao público, enquanto pode permanecer completamente ignorado o caráter arquitetônico da totalidade do edifício.” (CARTER, 1996)

De acordo com as palavras de TUAN (1983), “experiência é o termo que abrange as diferentes maneiras pelas quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Pessoas de diferentes culturas diferem na forma de dividir seu mundo, de

atribuir valores às suas partes e de medi-las. Quando olhamos uma cena panorâmica, nossos olhos se detêm em pontos de interesse. Objetos que são admirados por uma pessoa, podem não ser notados por outra. A cultura afeta a percepção.”

“Entendemos a percepção como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos. Os primeiros são dirigidos pelos estímulos externos, captados através dos cinco sentidos, onde a visão é o que mais se destaca.” (RIO, 1996: 3)

Os povos em diferentes épocas e lugares construíram seus mundos de maneira diferente. As visões de mundo vão muito além do que os olhos vêem, muito mais que tudo aquilo que é captado pelos olhos e enviado ao encéfalo pelos nervos ópticos. De acordo com MACHADO (1996), “cada imagem e idéia sobre o mundo são compostas, portanto, de experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória.”

Um morro desflorestado pode ser um golpe impactante aos olhos de um sertanejo local enquanto que o mesmo cenário a um viajante citadino poderia passar sem nem ao menos ter sido percebido.

Apresenta-se agora o que este estudo se propõe a chamar de incoerências urbanísticas, elementos constatados no cenário urbano que exprimem discordância.

As praças e os jardins que se encontram envoltos por grades de ferro parecem perder o seu característico sentido convidativo. As grades, mesmo prestando a função de proteger, passam a sensação de não serem próprias do ambiente, de terem chegado depois por questão de necessidade.

Um estudo que tem a sua preocupação voltada à qualidade visual dos elementos que compõem a paisagem, impactua-se diante de objetos que exprimem incoerência.

A fonte, o monumento, o coreto e outros ornamentos são elementos integrantes na paisagem que na intenção de envolver, propiciando o sentido de coletividade, harmonizam o ambiente dos jardins e praças públicas. Colocar um monumento numa praça ou construir uma fonte num jardim e depois envolvê-los por altas grades de ferro não faz o mínimo sentido.

Este estudo considera que o impacto dessas incoerências se constitua numa forma de poluição visual.



Fonte: autor, 2000.

Foto 32 – (praça da Igreja de São Benedito, entre as ruas 09 e 10, Centro)



Fonte: autor, 2000.

Foto 33 – (jardim público da praça central, entre as ruas 03 e 04, Centro)



Fonte: autor, 2000.

Foto – 34 (Igreja Matriz, na rua 06, Centro)

Mesmo para as pessoas que insistem em advogar às grades de ferro, a razão de sua necessária utilidade, elas causam impacto por transmitirem a idéia de segregação a cenários que em sua essência não teriam este determinado fim.

Nos últimos anos, um caso interessante que se apresentou no cenário urbano rio-clarense foi a revitalização de uma histórica edificação imponente. O antigo prédio da cervejaria Skol.

Este prédio, logo após o encerramento das atividades da cervejaria, passou muito tempo fechado, não se desenvolvendo nele nenhum tipo de atividade.

Por este motivo e pelo intemperismo da natureza, o prédio foi gradativamente se degenerando, principalmente visualmente. Num tom de cinza desbotado e com as portas fechadas, ele chegou às circunstâncias, apesar da grandeza de suas dimensões, de quase nem mais ser percebido.

Foi quando um colégio de ensino particular nele se instalou, dando-lhe vida nova. O colégio ao se apropriar do prédio, através de um projeto ousado, revestiu-o externamente com desenhos expressivos de cores vivas.

Num primeiro momento isto provocou um grande impacto, mesmo porque o prédio passou a ser notado novamente, só que agora ele chamava a atenção pra si a muitas quadras de distância.

O parecer deste estudo quanto ao fato da nova aparência do prédio se constituir em um exemplo de poluição visual é a seguinte: é evidente que se trata de uma imponente edificação de aspecto visual chamativo, revestida por desenhos expressivos de cores vivas. Por essas cores compartilharem o mesmo espaço, elas provocam um impacto pelo contraste; mas, apesar da ousadia do projeto multicolorido, trata-se de uma representatividade que apresenta através de seu simbolismo, coerência entre a imagem e a mensagem que se quer transmitir.



Fonte: autor, 2002.

Foto 35 – (o antigo prédio da cervejaria Skol, entre as ruas 06 e 07, Centro)

Outro exemplo de caráter semelhante ao do caso anterior é esse que aqui se apresenta. Trata-se de vários desenhos de aspecto multicolorido que revestem o muro do terreno onde se encontram as quadras esportivas da escola estadual Joaquim Ribeiro.



Fonte: autor, 2001.

Foto 36 – (E.E. Joaquim Ribeiro, rua 06, Centro)

Quando as pesquisas com relação a este estudo se iniciaram, a intenção era encontrar os porquês do atual estágio de degradação da qualidade da paisagem. Não havia o propósito de recriminar este ou aquele cenário simplesmente pelo fato deles se apresentarem multicoloridos. Afinal, o aspecto visual do flamboaiã também é de intenso colorido e nem por isso, alguém em algum dia pensou em retirá-lo do cenário da paisagem natural.

Na análise deste estudo, acima da quantidade de cores que compartilham um mesmo espaço, que de maneira contrastante pode até provocar um certo impacto,

estão quesitos como abusividade, discordância e incoerência. Faz-se necessário analisar se as cores que se apresentam expostas têm o significado de assim se expressarem, se se trata de uma expressão visual coerente ou não, se o propósito da imagem é ou não compreendido.

VIII – Recomendações e Sugestões

Após a apresentação, análise e interpretação das principais causas responsáveis pela poluição visual da cidade de Rio Claro, este estudo se propõe neste capítulo a apresentar algumas recomendações e sugestões que tem como intuito a melhoria da qualidade da paisagem:

Na intenção de compatibilizar as características dos anúncios publicitários e as características de cada região da cidade, recomenda-se inserir na já existente Lei de Zoneamento Urbano de Rio Claro o quesito publicidade.

Algumas regiões da cidade, pelas características próprias expressas de suas zonas, comportam a presença de cartazes publicitários sem que a agressão visual seja tão incômoda.

Toda lei não pode jamais perder seu caráter imperativo, pois é ela quem ordena em seu campo de ação. A lei é um preceito comum e obrigatório, emanado do poder competente e provido de sanção.

Os motoristas não podem ter dificuldade de visualizar as placas indicativas do trânsito, se perdendo em meio a tantos apelos visuais excessivos. Faz-se necessário que a Lei Federal nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) seja aplicada para que as condições de segurança das vias públicas sejam garantidas, eliminando assim os excessos visuais.

Os semáforos e a luminosidade dos painéis eletrônicos publicitários não podem compartilhar o mesmo espaço.

Este estudo sugere que em toda esquina em que haja semáforos, deva ser estabelecido um distanciamento destes com os luminosos para que não ocorra a competitividade das cores. Esta metragem em relação à distância dos dois elementos deve ser instituída pela Prefeitura Municipal a partir da visão do motorista que conduzindo o seu veículo visualiza o semáforo.

Sugere-se que devido ao fato do consumismo ter engendrado dentro de seu próprio mecanismo de reprodução um considerável número de pessoas que trabalham com a divulgação e propaganda dos produtos no mercado, que esta atividade como geradora de empregos, não pode mais ser ignorada. Portanto, é preciso redefinir o papel da administração pública como gerenciadora do conflito entre a exploração da visibilidade disponível e a preservação da paisagem urbana.

A exposição da publicidade através dos grandes anúncios (outdoors, letreiros gigantescos chegando até o meio da rua etc.) deve ser revista. Nem todo espaço na zona urbana pode estar sob a condição de venda, de concessão ou de aluguel; se a Prefeitura Municipal continuar a ser complacente com tudo isso, a cidade vai se transformar num verdadeiro “show-room” de mercadorias.

Tal qual a rua, a calçada no centro urbano também é estreita; portanto, recomenda-se que através do Código de Posturas do Município seja especificado que nesta área urbana, fica proibida: a colocação de faixas penduradas nas marquises das lojas, a colocação de placas de anúncio sobre a superfície da calçada e a exposição de mercadorias de qualquer espécie sendo vendidas sobre ela.

Sugere-se que em dias ou períodos de funcionamento do comércio em horário especial, as principais ruas de maior fluxo sejam fechadas para o trânsito de veículos.

Recomenda-se que não seja permitida a permanência de camelôs e vendedores ambulantes sobre a calçada, oferecendo a eles espaços de maior amplitude, como por exemplo, alguns espaços de praças e jardins.

Este estudo sugere ainda que para projeções futuras, na intenção de uma melhor organização do espaço urbano, a Prefeitura Municipal pense na possibilidade de criar um centro comercial além dos limites da zona central urbana, incentivando assim, os lojistas a investirem em outra área da cidade.

Sugere-se que a Prefeitura Municipal através de seus órgãos competentes, fiscalize a profusão de fios e cabos de energia elétrica ao longo das vias públicas.

Existe a possibilidade de certos fios e cabos não estarem dentro das condições exigidas de segurança, ou mesmo de darem acesso a ligações clandestinas.

A Prefeitura Municipal sendo a devida responsável pela condição de conservação e de limpeza das vias públicas (ruas e avenidas), não pode ser negligente em relação a suas funções. Sendo cumpridora dos deveres que cabem a ela, terá condições de exigir dos munícipes os deveres que cabem a eles, tais como, a condição de conservação e de limpeza de seus imóveis e das calçadas que ficam em frente aos mesmos. Esta relação mútua de direitos e deveres entre a Prefeitura Municipal e os munícipes está amparada no Código de Posturas do Município.

A exposição de lixo ao céu aberto expressa uma imagem de degradação social. A Prefeitura Municipal precisa cobrar dos munícipes o respeito ao horário e

ao local determinados para a colocação tanto dos lixos domiciliares quanto dos entulhos em frente às suas residências.

Este estudo sugere que a Prefeitura Municipal coloque mais lixeiras nas praças, nos jardins e na zona central urbana devido ao considerável número de pessoas que transitam pelos lugares públicos.

Assim como a aplicação do Código de Trânsito Brasileiro deve dar garantia à segurança no tráfego de veículos e de pessoas através da despoluição dos excessos publicitários, o Código Eleitoral também precisa ser aplicado de maneira veemente diante dos abusos das propagandas políticas.

Veemência é também a forma como se deve ser posta em aplicação as leis em relação às ações inoportunas dos pichadores.

Este estudo tem por recomendação à Prefeitura Municipal, a criação de incentivos na intenção de conscientizar a população em relação à relevância da arquitetura das edificações, vista como patrimônio histórico-cultural da cidade.

Propõe-se um criterioso estudo visando descontos parciais ou até mesmo a isenção total do IPTU para as edificações consideradas referenciais históricos da cidade, que forem devidamente preservadas pelos seus proprietários.



Fonte: autor, 2000.

Foto 37 – (esquina da rua 01 com a avenida 18, Centro) Constata-se nessa ilustração, a preservação da fachada arquitetônica de uma edificação significativa.

Este estudo tem por sugestão o ato de convencer as autoridades competentes e as entidades responsáveis a se conscientizarem da necessidade da retirada das grades de ferro que envolvem as praças, os jardins, os monumentos, as fontes e as igrejas.

Uma recomendação deste estudo é que seja reanimado aquele antigo projeto da Prefeitura Municipal: “Adote uma Praça”, regido pela lei municipal nº 2.662/94.

A idéia de cada praça ser adotada por uma empresa particular ou por uma instituição pública é muito boa, pois além de poupar os eventuais gastos relativos ao plantio, preservação e limpeza por parte dos cofres públicos; cada praça tem a possibilidade de ser cuidada de maneira única e peculiar pelo seu responsável adotivo, que passa a ter o direito de utilizar-se dela, fazendo racionalmente o uso de sua publicidade em favorecimento do meio ambiente (faz-se necessário apenas que a Prefeitura Municipal delimite o tamanho da propaganda a ser exposta para que não se alterem as boas intenções do projeto).



Fonte: autor, 2000.

Foto 38 – (praça entre a avenida Visconde do Rio Claro e a rua 07) Um bom exemplo da utilização de publicidade em favorecimento do meio ambiente.

Outra recomendação bem semelhante à anterior. Um antigo projeto que também correlacionava empresas particulares ou instituições públicas com a preservação de um meio ambiente saudável, era aquele dos protetores que envolviam as mudas de árvores nos canteiros das avenidas.

Também é uma idéia muito boa, desde que a Prefeitura Municipal especifique o tamanho da propaganda a ser exposta para que os valores da intenção em questão não sejam trocados.



Fonte: autor, 2000.

Foto 39 – (praça entre a avenida Visconde do Rio Claro e a rua 06) Outro bom exemplo da relação publicidade e meio ambiente.

IX – Considerações Finais

Depois da apresentação, exposição, análise e interpretação das principais causas responsáveis pela poluição visual e com as recomendações e sugestões já apresentadas, este estudo finaliza-se agora com suas considerações finais.

De acordo com as palavras de FERRARA (1996), “é de certa maneira simples e fácil esquecer que a cidade é uma forma construída que poderia dar prazer visual. Prazer estético deveria estar relacionado à qualidade das imagens criadas na cidade.” É preciso que se assegure, através de legislação, o direito a uma imagem despoluída.

Os lugares que as pessoas vivenciam em seu dia-a-dia poderiam lhes ser mais aprazíveis, poderiam ser cenários que lhes trouxessem mais satisfação e contentamento para que elas pudessem estreitar mais os seus laços de afeição. Os excessos visuais presentes em certos lugares poderiam causar nas pessoas uma certa antipatia em relação a eles, podendo vir a proporcionar-lhes uma sensação de desconforto. Segundo TROPMAIR (1991), “o bairro onde moramos e o centro da cidade que freqüentamos com assiduidade, devem ser agradáveis para incentivar a afetividade dos cidadãos para com estes locais.”

Faz-se necessário despertar a conscientização das pessoas frente ao fato da poluição visual. As evidências constatadas deste tipo específico de poluição ao longo deste estudo têm o intuito de sensibilizar as pessoas para a relevância dos impactos que essas abusividades ou discordâncias podem causar. A própria Lei Federal que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (nº 6.938/81, art. 3º, inc. III, letra d) é expressa ao correlacionar qualidade ambiental com as condições estéticas do meio ambiente na própria definição de poluição.

Com base nas palavras de LIMA (1996), “o sentimento relativo ao lugar enraíza-se ou não nas pessoas, com intensidades e significados que se alteram ao longo dos anos em expressões de afetividade que as levam a agir e reagir sobre o meio ambiente circundante, influenciadas em parte pelo modo de elaborar e refletir

sobre os resultados de suas experiências com o mundo, ou melhor, com seu espaço vivido.”

Os exemplos apresentados de poluição visual não podem ser considerados como intoleráveis para a vida, muito embora possam ser muito desagradáveis ao convívio cotidiano. As mensagens visuais constatadas no cenário urbano têm que ser vistas como elementos integrados na paisagem e não como elementos dominantes; se a paisagem é o objeto deste estudo e a sua degradação, o problema, faz-se necessário resgatar a qualidade visual dos elementos que compõem o cenário urbano, criando as condições propícias para se desenvolver um sentido de coletividade e de harmonia urbanística entre os elementos integrantes.

O artigo 30 da Constituição Federal relaciona as competências atribuídas aos municípios, entre as quais estão as de legislar sobre assunto de interesse local, prestar serviços públicos de interesse local e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Portanto, se a Lei Federal que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente expressa que a poluição pode ser entendida como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente afetem as condições estéticas do meio ambiente, e se isto ocorre especificamente no solo urbano do município de Rio Claro, faz-se necessário entender que estas causas de degradação estejam relacionadas de alguma maneira com a forma que está sendo ocupado o solo urbano. Conseqüentemente, se a poluição visual da área urbana rio-clarense realmente existe, ou está ocorrendo com o consentimento do poder público municipal, ou pela ineficiência ou negligência dele.

De acordo com a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados de Brasília, em nota técnica esclarecendo a respeito da responsabilidade sobre a questão da poluição visual, o consultor legislativo José de Sena Pereira Júnior adverte:

“O disciplinamento do uso do solo urbano é estabelecido por meio das leis municipais de ordenamento urbano e pelos códigos municipais de obras e de posturas. Se, em determinado Município, essas leis permitem atos que, para alguns, levam à “poluição

visual”, nada pode ser feito em termos de legislação federal ou estadual, pois o “Pacto Federativo” garante a autonomia administrativa dos entes federados, respeitando-se as competências constitucionais de cada um deles.

O mesmo pode-se dizer dos Municípios que, por omissão, não dispõem de leis que regulam a ocupação do solo urbano, especificamente quanto a aspectos que podem caracterizar-se como “poluição visual”. Como esses aspectos não configuram razões para intervenção federal na administração municipal, nada pode ser feito, pela União, para coibi-los.

Outro argumento para que o poder legiferante sobre esse tipo de ocupação do solo caiba exclusivamente ao Município é a capacidade ou poder de fazer cumprir efetivamente uma lei que a discipline. Só o Município tem condições operacionais de fiscalizar a ocupação do solo urbano, bastando, para compreender essa afirmativa, imaginar o custo e a complexidade de uma fiscalização federal atuar, nesse campo, nos quase seis mil Municípios brasileiros. Como um nível de poder não pode impor, mediante lei, tarefas, competências e custos a outro nível, a competência de legislar sobre esse tema é, naturalmente, do Município. A possibilidade de efetivo exercício do poder de polícia determina, assim, a competência para legislar.

Concluindo, parece-nos claro que compete exclusivamente ao Município legislar sobre a colocação de placas, “outdoors”, letreiros luminosos e sobre a ocupação do solo urbano em geral, não podendo, a União, legislar sobre esses temas além das normas gerais por ela já implementadas, as quais tratam da proteção ao meio ambiente de uma forma ampla.”

Este estudo não tem a pretensão de se constituir em uma idéia acabada de incontestável crítica, mas o intuito de levantar a possibilidade de se discutir a qualidade visual da paisagem da cidade.

Diante do fato exposto, cabe a esse estudo o desafio de promover um amplo debate público envolvendo e conscientizando a sociedade rio-clarense, sem restrições aos gabinetes do poder público municipal ou às salas dos doutores dos institutos de pesquisas, a colocar em discussão as difíceis questões relacionadas às abusividades, às discordâncias e às incoerências expressas no cenário urbano de Rio Claro.

Faz-se necessário disseminar a idéia de que o cidadão deva ter o direito à paisagem, e esta de se encontrar exposta com qualidade visual. A cidade precisa ser vista como um espaço de convivência pública, preservando os interesses coletivos. É de toda a população, portanto, o interesse de morar em uma cidade ornamentada, plasticamente agradável e, por que não dizer, bonita.

O resgate da qualidade ambiental da paisagem, paisagem esta vista como um recurso a ser legado às futuras gerações, deveria estar argumentado na necessidade da criação de uma política de identidade visual. Respeitando as peculiaridades físicas locais e levando-se em conta fatores sócio-culturais ao longo do tempo, imprimir-se-ia uma compreensão mais clara à paisagem, proporcionando-lhe legibilidade.

A cidade não pode ser vista como um mero local de negócios, um simples mercado onde até a paisagem é objeto de interesses econômicos lucrativos, mas como um ambiente onde se projetam valores, conceitos e preceitos que expressem as devidas condições saudáveis para o desfrutar de uma boa convivência, onde as pessoas ao se encontrarem satisfeitas tenham o prazer de se sentirem convidadas a um simples e encantador passeio por suas ruas. É com esta finalidade que este estudo apresenta uma série de sugestões para serem incluídas na legislação já existente.

É certo que "as recomendações e as sugestões" contribuirão de forma significativa para a melhora da qualidade ambiental urbana e conseqüentemente com a qualidade de vida de seus habitantes.

X – Referências Bibliográficas

BLEY, L. Morretes: Um Estudo de Paisagem Valorizada. In: RIO, V. d., OLIVEIRA, L. (org.) Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira. Studio Nobel, Ed. da UFSCAR. São Carlos, 1996. p. 121 – 138.

BRANCO, S. M. O Meio Ambiente em Debate (Polêmica). Ed. Moderna. São Paulo, 1996.

CADES – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. AGENDA 21 LOCAL. Sistema Municipal do Meio Ambiente. São Paulo, 1997.

CARTER, H. The Study of Urban Geography. In: RIO, V. d., OLIVEIRA, L. (org.) Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira. Studio Nobel, Ed. da UFSCAR. São Carlos, 1996.

CHRISTOFOLETTI, A. As Perspectivas dos Estudos Geográficos. In: _____. Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982.

CORRÊA, R. L. Espaço – Um Conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. (org.). Geografia – Conceitos e Temas. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1995.

DE CARVALHO, P. F. Patrimônio Histórico e Artístico nas Cidades Médias Paulistas: A Construção do Lugar. In: YÁZIGI, E., CARLOS, A. F. A., DA CRUZ, R. C. A. (org.). Turismo – Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: Ed Hucitec, 1994. p. 100 – 113.

FERRARA, L. D. As Cidades Ilegíveis. In: RIO, V. d., OLIVEIRA, L. (org.) Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira. Studio Nobel, Ed. da UFSCAR. São Carlos, 1996. p. 61 – 80.

GOIA, P. C. L. Y. Percepção e Preservação do Patrimônio Arquitetônico Urbano: A Cidade de Bauru. In: Uma Visão Interdisciplinar Sobre o Estudo da Paisagem. Bauru: UNESP, 1996. p. 89 – 99. (Cadernos Paisagem – Paisagens, 1)

GOMES, P. C. C. Geografia e Modernidade. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1996.

KANSKI, J. J. Oftalmologia Clínica – Uma abordagem Sistemática. Revinter. 3ª ed. São Paulo, 2003.

KOHLSDORF, M. E. Brasília em Três Escalas de Percepção. In: RIO, V. d., OLIVEIRA, L. (org.) Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira. Studio Nobel, Ed. da UFSCAR. São Carlos, 1996. p. 39 – 60.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. Fundamentos de Metodologia Científica. Atlas. São Paulo, 1985.

LIMA, S. T. Percepção Ambiental e Literatura – Espaço e Lugar no Grande Sertão: Veredas. In: RIO, V. d., OLIVEIRA, L. (org.) Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira. Studio Nobel, Ed. da UFSCAR. São Carlos, 1996. p. 153 – 172.

MACHADO, L. M. C. P. A Serra do Mar como Espaço e como Lugar. In: RIO, V. d., OLIVEIRA, L. (org.) Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira. Studio Nobel, Ed. da UFSCAR. São Carlos, 1996. p. 097 – 119.

MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. Malheiros. 8.^a ed. São Paulo, 2000.

MAGOSSI, L. R., BONACELLA, P. H. Poluição das Águas (Desafios). Ed Moderna. São Paulo, 1996.

MARSIGLIA, R. G. et al. Saúde Mental e Cidadania. São Paulo: Ed. Mandacaru, 1987.

MOREIRA, J. B. C. Oftalmologia Clínica e Cirúrgica. Ateneu. Rio de Janeiro, 1995.

ORTIGOZA, S. A. G. Rio Claro: Perfil de Um Município Paulista. UNESP, IGCE, Dept. de Planejamento Regional, LEUA – Laboratório de Estudos Urbanos e Ambientais, 1997.

QUEIROZ, B. M. T. Patrimônio Histórico – Artístico nos Centros Urbanos: O Caso de Rio Claro. II Simpósio de Iniciação Científica do Campus de Rio Claro. UNESP – Impresso Graff Set, Rio Claro, 1996.

RIO, V. d. Cidade da Mente, Cidade Real – Percepção e Revitalização da Área Portuária do Rio de Janeiro. In: RIO, V. d., OLIVEIRA, L. (org.) Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira. Studio Nobel, Ed. da UFSCAR. São Carlos, 1996. p. 03 – 22.

RIO, V. d., OLIVEIRA, L. (org.) Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira. Studio Nobel, Ed. da UFSCAR. São Carlos, 1996.

SERRAN, J. R. Poluição Visual e/ou Estética. In: RECURSOS Naturais, Meio Ambiente e Poluição: Contribuições de Um Ciclo de Debates. SUPREN, IBGE, 1977. p. 435 – 439. (Série Recursos Naturais e Meio Ambiente, 2)

SNYDER, E. E. Parem de Matar-me (O Planeta em Perigo). Trad. R. Paul Neto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

TAYLOR, G. R. A Ameaça Ecológica. Trad. Rodrigo Machado. São Paulo: Editora Verbo, 1978.

TROPPEMAIR, H. Aspectos Geográficos de Rio Claro. In: MACHADO, C. L. (coord.) Rio Claro Sesquicentenário. Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”. Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, São Paulo, 1978.

_____. Metodologia Simples para Pesquisar o Meio Ambiente. Rio Claro: Impresso Graff Set, 1988.

_____. Nós e O Meio Ambiente: Postes e Placas – Poluição Visual. Diário do Rio Claro. Rio Claro, 09 jun. 1991.

_____. Atlas de Qualidade Ambiental e de Vida de Rio Claro. – UNESP, IGCE, Rio Claro: Impresso Graff Set, 1992.

_____. Reflexões para Um Mundo Melhor. Rio Claro: Impresso Graff Set, 1995.

TUAN, Y. Topofilia – Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

_____. Espaço e Lugar – A Perspectiva da Experiência. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VANDER, J. F. Segredos em Oftalmologia. Artmed. São Paulo, 2001.

YAMAMOTO, N., BRISSAC, C., ERCÍLIA, M. Tralhas Urbanas: Sem Leis nem Fiscais, O Lixo se Acumula e Distorce a Fachada de São Paulo. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 set. 1989.

WANDERLEY, V., MENÊZES, E. Do Espaço ao Lugar – Uma Viagem ao Sertão Brasileiro. In: RIO, V. d., OLIVEIRA, L. (org.) Percepção Ambiental – A Experiência Brasileira. Studio Nobel, Ed. da UFSCAR. São Carlos, 1996. p. 173 – 184.